



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Intervenção em Ruínas:
Caso de Estudo: Aldeia de Banrezes, Macedo de Cavaleiros

Sara Alexandra Marcelo Rodrigues

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Arquitecto José Barros Gomes
Co-orientador: Prof. Arquitecto Jorge Ramos Jular

Covilhã, Junho de 2012

| Agradecimentos

Entre amigos, colegas e professores, agradeço a todos aqueles que de uma maneira ou de outra tornaram possível a elaboração deste trabalho.

| Dedicado

Aos meus pais

Resumo

A reabilitação e recuperação de edifícios tem ganho uma crescente importância no exercício da arquitectura. Concretamente, a reabilitação e recuperação de aldeias do interior de Portugal, tem sido uma aposta que procura não só chamar a atenção para a desertificação do interior, mas também dinamizá-lo social e economicamente, através do turismo rural.

Banrezes, situada no conselho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança está completamente desabitada há mais de 30 anos, e foi deixada ao abandono e à mercê das forças da natureza. O seu estado de degradação não permite uma reabilitação fiel ao original, pelo que a proposta assentará numa linha contemporânea, marcada pelo contraste. É intenção deste projecto trazer vida a esta aldeia através da coexistência da marca de dois tempos: o anterior à ruína e abandono e o contemporâneo.

Mais o que mimetizar formas de outras épocas e outras vivências, importa saber se é possível preservar algumas delas com novas funcionalidades, mas mantendo a coerência de conjuntos que são verdadeiras lições da arte de construir, com economia de meios e estreita relação com o sítio.¹

| Palavras Chave

Arquitectura, Turismo Rural, Revitalização, Aldeia Abandonada, Ruína

¹ HELDER, Herberto in *Arquitectura Popular em Portugal*, Volume I, 4ª Edição, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004, p. VI

Abstract

The rehabilitation and restoration of buildings has gained an increasing importance in the exercise of architecture. Specifically, the rehabilitation and restoration of the interior villages of Portugal, has been a bet which seeks not only to draw attention to the desertification of the Interior, but also boost the interior social and economically through rural tourism.

Banrezes, located in Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança is completely uninhabited for more than 30 years, and was left to the abandon and the forces of nature. It's degraded state does not allow a rehabilitation truly according with the original. In that sense, the project will be directed in a contemporary line, marked by the contrast. It is intended to bring life to this village through the coexistence of the brand of two times: the preceding of the ruin and abandonment and the contemporary.

More than mimic forms of other ages and other experiences, matter to know if it's is possible to preserve some of them with new features, While maintaining the consistency of the sets, that are real lessons of the art of building, with economy of means and close relationship with the site.

| Key Words

Architecture, Rural Tourism, Revitalization, Abandoned Village, Ruin.

Índice

1 - Introdução	1
1.1 - Relevância da Temática	2
1.2 - Objectivo	2
1.3 - Metodologia	3
PARTE 1. Investigação e Justificativa Projectual	
2 - Justificativa Urbana e Social	
2.1 - A Desertificação	7
2.2 - O Turismo Rural	8
3 - A Ruína	
3.1 - O conceito de Ruína	9
3.2 - A ruína e a Memória	11
3.3 - Abordagem às Ruínas	12
4 - Arquitectura Tradicional	17
2.1 - A Casa Transmontana	18
5 - Justificativa Construtiva	
5.1 - Os 4R's da Arquitectura	21
5.2 - Caso de Estudo Semelhante	22

6 - Caso de Estudo - Aldeia de Banrezes, Macedo de Cavaleiros, Bragança	
6.1 - A Aldeia de Banrezes	25
6.1.1 - Enquadramento Geográfico	26
6.1.2 - Enquadramento Histórico	27
6.2 - Levantamento do Existente	
6.2.1 - Método de Levantamento	31
6.2.2 - Ficha-Tipo	33
7 - Abordagem à Intervenção	
7.1 - Análise da Morfologia da Aldeia	35
7.2 - O Conceito da Intervenção	
7.1.2 - Implantação de Funcionalidades	39
7.2.2 - Edificações para habitação	40
7.3 - Os módulos	42
7.3.1 - Módulo da Sala	43
7.3.2 - Módulo da Cozinha	45
7.3.3 - Módulo do Quarto	46
7.3.4 - Módulo das Instalações Sanitárias	48
7.4 - A Estrutura	50
7.5 - Os Materiais	51
8 - Conclusão	53
9 - Bibliografia	55
10 - Anexos	57

Índice de Figuras

Figura 1. Perspectiva da Aldeia.....	1
Figura 2. Dunure Castle, Escócia.....	9
Fonte: http://www.maybole.org/history/sketches/spratt/dunure.htm	
Figura 3. Praça do Castelo, Varsóvia, 1944 (?).....	9
Fonte: http://mishanapolonia.blogspot.com/2009/05/postais-da-polonia-9.html	
Figura 4. Ruínas de Pompeia.....	10
Fonte: http://viajeaqui.abril.com.br/national-geographic/sua-foto/sua-foto-junho-2009-474217.shtml?foto=12p	
Figura 5. Falsa Ruína - Kew Gardens Arq. William Chambers.....	10
Fonte: http://www.londontown.com/LondonInformation/Leisure/The_Royal_Botanical_Gardens_(Kew_Gardens)/cee7/imagesPage/25980	
Figura 6. Coliseu de Roma antes do restauro.....	13
Fonte: http://www.telegraph.co.uk/culture/culturepicturegalleries/5977281/Points-of-View-Capturing-the-19th-Century-photographs-of-the-1800s-at-the-British-Library.html?image=5	
Figura 7. Coliseu de Roma após o restauro.....	13
Fonte: http://olhares.aeiou.pt/coliseu_e_visitantes_foto1942977.html	
Figura 8. Castelo Pierrefond antes do restauro.....	13
Fonte: http://intranet.arc.miami.edu/rjohn/Spring2000/New%20slides/Pugin,Violllet/Pierrefonds.jpg	
Figura 9. Castelo Pierrefond após o restauro.....	13
Fonte: http://forums.taleworlds.com/index.php?topic=114581.60	
Figura 10. Ruína em Adaúfe, Braga, Portugal.....	14
Fonte: http://olhares.aeiou.pt/casa_abandonada_foto549716.html	
Figura 11. Ruína antes do Restauro.....	15
Fonte: http://niv-schwartz.com/etzel-museum/	
Figura 12. Museu Etzel, Tel Aviv.....	15
Fonte: http://www.davidpride.com/Israel/TelAviv_45.htm	
Figura 13. Arquitectura típica alentejana.....	17
Fonte: http://www.avent-rural.com/pag.php?N=84	
Figura 14. Arquitectura típica transmontana.....	17
Fonte: http://www.photography-discussions.info/en/VmFmYow	
Figura 15. Esquema da casa de arquitectura típica de Trás-os-Montes.....	18
Fonte: http://www.engenium.net/8019/arquitetura-popular-portuguesa.html	
Figura 16. Varanda de habitação tradicional - Vila Flor.....	19
Fonte: http://vilafior.blogs.sapo.pt/90000.html	
Figura 17. Estrutura do telhado m troncos.....	19

Figura 18. Dovecote Studio - Ruína antes da intervenção.....	22
Fonte: http://www.archdaily.com/89980/dovecote-studio-haworth-tompkins/	
Figura 19. Dovecote Studio - Ruína após a intervenção.....	22
Fonte: http://www.archdaily.com/89980/dovecote-studio-haworth-tompkins/	
Figura 20. Dovecote Studio - Fase da construção.....	22
Fonte: http://www.archdaily.com/89980/dovecote-studio-haworth-tompkins/	
Figura 21. Dovecote Studio - Planta do Piso Térreo.....	23
Fonte: http://www.archdaily.com/89980/dovecote-studio-haworth-tompkins/	
Figura 22. Dovecote Studio - Corte.....	23
Fonte: http://www.archdaily.com/89980/dovecote-studio-haworth-tompkins/	
Figura 23. Planta de acessos e serviços.....	24
Figura 24. Perspectiva da aldeia.....	25
Figura 25. Perspectiva da aldeia.....	25
Figura 26. Gancho para prender cavalos.....	28
Figura 27. Manjedoura dos cavalos.....	28
Figura 28. 1ª fase do levantamento.....	30
Figura 29. Exemplo da ficha-tipo.....	32
Figura 30. Esquema da aldeia de Banrezes.....	34
Figura 31. Aldeia de Banrezes - Vias longitudinais.....	36
Figura 32. Aldeia de Banrezes - Vias transversais.....	36
Figura 33. Aldeia de Banrezes - Núcleos.....	36
Figura 34. Esquema da aldeia.....	38
Figura 35. Localização do novo edifício.....	38
Figura 36. Esquema da evolução edificação - ruína.....	40
Figura 37. Esquema da evolução edifício - módulo.....	40
Figura 38. Esquema da evolução edifício - módulo.....	41
Figura 39. Módulo da sala.....	43
Figura 40. Perspectiva da sala.....	44
Figura 41. Módulo da cozinha.....	45
Figura 42. Perspectiva da cozinha.....	45
Figura 43. Módulo do quarto.....	46
Figura 44. Perspectiva do roupeiro.....	47

Figura 45. Perspectiva 1 do quarto.....	47
Figura 46. Perspectiva 2 do quarto.....	47
Figura 47. Módulo da IS privada.....	48
Figura 48. Perspectiva 1 da IS privada.....	48
Figura 49. Perspectiva 2 da IS privada.....	48
Figura 50. Módulo da IS pública.....	49
Figura 51. Perspectiva da IS pública.....	49
Figura 52. Xisto.....	51
Fonte: http://xistosdocavado.com/galeria2.php?pageNum_Recordset1=4&totalRows_Recordset1=85	
Figura 53. Urze na Aldeia de Banrezes.....	51
Figura 54. Mush House, Los Angeles Studio 0.10 Architects- Edificação revestida a zinco.....	51
Fonte: http://www.archdaily.com/17313/mush-studio-010-architects/	

1. Introdução

A desertificação do interior de Portugal tem sido, em parte, contrariada pela aposta no turismo rural. Apesar disso são ainda poucas as propostas para investir em locais que ainda não sejam famosos pela sua história ou pelos seus costumes. A aldeia de Banrezes é uma desses locais. Abandonada desde o final do século XX, hoje em dia tudo que encontramos nas margens do Rio Azibo, são ruínas dos moinhos, das habitações, e da igreja da aldeia.

Situada no interior do Nordeste transmontano, Banrezes não chegou a ser uma aldeia de dimensões significativas. A sua origem data do século XIV (por volta de 1320), foi constituída freguesia até cerca de 1700, altura em que passou a ser apenas um “lugar” de Vale da Porca, Macedo de Cavaleiros, acção que começou a marcar o seu rumo à ruína. O último habitante saiu da aldeia à aproximadamente 35, 40 anos, e deixou atrás de si um espaço que quando visitado hoje, parece ter parado no tempo. Os sinais de recente actividade do lugar ligam-se com pequenas obras de reparação em certas edificações, para albergar animais e ferramentas agrícolas, e o cultivo de um dos terrenos da área. Tudo o resto se encontra completamente em ruína.

A existência de habitações para turismo rural com características tradicionais é um facto que começa cada vez mais a surgir nas zonas rurais de Trás-os-Montes, assim como no resto do país. No entanto, o avançado estado de degradação das ruínas desta aldeia, faz com que a reabilitação das edificações do modo tradicional se torne mais uma imitação do tradicional, do que uma recriação das infra-estruturas que suportavam as vivências ancestrais. A proposta a desenvolver neste trabalho procura então um vislumbre do passado, dando-lhe destaque, mas sem o imitar, moldando-o às necessidades actuais, mas sem o destruir.



Figura 1. Perspectiva na Aldeia

1.1. Relevância da Temática

A desertificação da região interior do país é um dramático fenómeno que se tem revelado em tendência crescente. Com a fuga da população para o litoral em busca de melhores condições de habitação e acesso aos serviços, em busca de emprego, de “civilização”, o território interior é deixado ao abandono, o que leva à sua deterioração patrimonial, económica e social.

Estando Portugal recheado de maravilhosas paisagens, não só no litoral do país e suas zonas mais desenvolvidas, é necessário investir no interior, onde existem pequenos paraísos ainda mal tocados pelo Homem, onde o turismo rural seria uma aposta bem sucedida.

Muitos destes pequenos “paraísos” naturais apresentam pequenas edificações tradicionais em completo abandono, por vezes já em completa ruína, que lhes confere um ambiente nostálgico, como se o tempo ali tivesse parado. Estes recursos, quando devidamente aproveitados, trariam uma nova vida a estes locais, atraindo um novo fluxo de movimento e estimulação da economia que poderiam ajudar a diminuir a desertificação.

É neste contexto que a reabilitação e revitalização se tornam importantes acções das quais o Arquitecto possui ferramentas que lhe permitem para dar o seu contributo para promover o desenvolvimento do Interior de Portugal.

1.2. Objectivo

Tendo como base de trabalho as ruínas de uma aldeia tomada pela Natureza, pretende-se com este trabalho criar uma metodologia de projecto que permita a revitalização da aldeia de Banrezes, atraindo de novo as pessoas ao local ou a tantos outros casos semelhantes.

Em termos práticos, os fragmentos da aldeia seriam restaurados de modo a darem respostas às necessidades contemporâneas e a poderem albergar um complexo de turismo rural. Os utilizadores deveriam ter a possibilidade de viver na aldeia num determinado período de tempo sem necessitarem de sair da mesma. Durante a estadia dos utilizadores, a paisagem e as ruínas deveriam ser as protagonistas da experiência. Para isso, a arquitectura dos novos elementos deve ser flexível e transparente.

Pretende-se que a paisagem continue a transparecer o aspecto de aldeia, de comunidade parcialmente isolada, mas sem copiar a arquitectura tradicional. A nova arquitectura não deverá marginalizar os conceitos de habitação tradicional, mas ao mesmo tempo distinguir-se claramente das marcas da anterior vivência da aldeia.

1.1 - Metodologia

Tendo como objecto de trabalho as ruínas da aldeia, primeiramente foram recolhidas informações acerca das teorias e princípios de intervenção nas mesmas. Nesta fase foram também analisadas as soluções contemporaneamente utilizadas para restituir a edifícios em avançado estado de degradação a possibilidade de serem novamente utilizados e adquirirem uma função na sociedade, evitando assim que se tornem manchas indesejáveis na paisagem e acabem finalmente por desaparecer.

Para trabalhar uma aldeia (embora de pequenas dimensões) foi necessário sistematizar o seu estudo. Para tal, foi elaborada uma ficha tipo, na qual foram registados e descritos os edifícios existentes na área da aldeia.

Depois da apreciação às referidas soluções e de se verificar que as estruturas de carácter reversível seriam as mais apropriadas e aconselhadas², procurou-se seleccionar um tipo de estrutura que além de proporcionar a arquitectura a possibilidade de conter um carácter flexível e transparente, contivesse em si a força para sustentar os muros de gravidade .

Por fim, e encontrado o conceito de intervenção apoiado pelas teorias de intervenção e suportado pela estrutura mais adequada, foi elaborada a proposta de intervenção, que teve em especial atenção as exigências de um complexo de turismo rural, de modo a que as novas infra-estruturas não entrassem em conflito com a paisagem. Esta proposta teve em especial atenção a protagonização das ruínas e da paisagem sobre a experiência que o utilizador viverá.

² <http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf> consultado em Outubro de 2010.

Parte 1

Investigação e Justificativa Projectual

2. Justificativa Urbana e Social

2.1 - A Desertificação

A desertificação acolhe dois conceitos diferentes que é importante diferenciar. No âmbito geográfico, desertificação é o processo de expansão das características desérticas para as áreas adjacentes resultante do empobrecimento do solo por causas naturais e/ou humanas³. No senso comum, desertificação é associado ao despovoamento humano, isto é, à deslocação da população que leva a uma densidade populacional decrescente numa determinada área.

Estes dois conceitos encontram-se, no entanto, relacionados. A perda de potencial produtivo e de acolhimento de biodiversidade da terra, faz com que a população que depende dessa terra seja obrigada a procurar outras formas de sustento e a sua consequente deslocação para outras áreas. Esta desertificação física do solo e o seu despovoamento levam ao desinteresse em investir nessa área, criando um ciclo vicioso de “abandono - desinteresse - abandono” que acaba na ruína da área e o seu despovoamento total.

No contexto desta dissertação, desertificação será definida como o “abandono por parte da população, que procuram noutros locais formas mais promissoras de se integrarem no tecido económico-social das sociedades em que vivem”⁴

O abandono de uma certa área por parte da população contempla inúmeras variáveis. A desertificação do solo, acima referida, é apenas um dos motivos deste fenómeno.

O fraco sistema rodoviário é um dos aspectos que maior influência tem no isolamento de certas áreas do interior do país.

O investimento na educação, cultura, emprego e serviços, com uma grande concentração no litoral do país, é um dos maiores motivos da deslocação da população. A vida segundo as tradições ancestrais é uma ideia cada vez menos atractiva, sobretudo para as gerações mais jovens. Os novos modos de vida, com a economia assente nos sectores secundário e terciário, conduzem a um desinteresse pelo sector primário e pelo desinteresse de investimento no mesmo, comumente associado às zonas rurais e à agricultura de subsistência. Este decréscimo do desenvolvimento do sector primário resulta na *perda de função* das aldeias do interior do país que contemplam este sector como principal actividade económica.

³ Instituto Superior Técnico (UTL), Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, *Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano*, Volume 1, Novagráfica do Cartaxo, Lisboa, 2004, pág. 17.

⁴ IDEM, pág.

Seja qual for o motivo pelo qual uma determinada área acaba por ficar despovoada, não perde apenas actividades económicas e população. O abandono das terras outrora cultivadas, deixadas ao domínio selvagem, acabam por conduzir “a uma descaracterização ambiental que induz à perda de imagem e de identidade que poderia contribuir para a auto-afirmação desses territórios”.⁵

2.2 - O Turismo Rural

Uma das soluções mais atractivas até agora encontradas para devolver actividade humana e económica às áreas que tendem a ficar despovoadas é o turismo rural.

Conforme a zona em que se investe no turismo rural, este ganha diversas modalidades, desde turismo rural de habitação, turismo rural de actividades artesanais, turismo rural de desporto, turismo rural etnográfico, entre outros.

O turismo rural, distingue-se dos outros tipos de turismo (montanha, praia, etc.) pelo facto de estar associado a povoações pequenas, dispersas e isoladas. Pressupõe-se uma calma ambiental, onde se exploram os costumes ancestrais, longe da agitação citadina.

O facto de o turismo rural se prender com o espaço natural e a vida ligada ao campo e aos costumes antigos não implica só por si que as infra-estruturas que acolhem todas as suas actividades sejam uma réplica da estética e dos métodos construtivos aplicados no passado.

Embora esteja maioritariamente associado às construções de cariz tradicional, o turismo rural pode ser praticado na modalidade contemporânea, na qual as infra-estruturas são efectuadas com novas técnicas e materiais, e com uma estética contemporânea. Este tipo de turismo é especialmente dirigido para “amantes del campo (pero no necessariamente de la estética rural)”⁶.

As infra-estruturas que suportam este tipo de turismo, embora contemporâneas, não devem desequilibrar o ambiente natural que nesse local existe. Estas devem integrar-se no ambiente, e com ele manter uma certa harmonia.

Seja qual for a modalidade, entre elas existe uma característica comum: o contacto com a natureza.

⁵ Instituto Superior Técnico (UTL), Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano, Volume 2, Novagráfica do Cartaxo, Lisboa, 2004, pág. 28.

⁶ O’KELLY, Emma; DEAN, Corinna; Rehabilitaciones rurales, urbanas, lofts, espacios industriales y casos radicales; Blume; Barcelona; Blume; 2007.

3 - A Ruína

3.1 - O conceito de Ruína

*Ruína, s.f. resto de edificação desmoronada, amputada ou em avançado estado de degradação; escombros.*⁷

Esta definição representa a ruína como parte de algo que já foi um todo, que já foi uma unidade coerente e actualmente se encontra em fragmentos. É necessário no entanto, fazer referência ao facto de não existir apenas um tipo de ruína, mas sim quatro, diferenciados pela origem da degradação da construção que se tornará ruína.

No início do século XIX, Chateaubriand considerava apenas a existência de dois tipos de ruína: as ruínas causadas pelo tempo e as produzidas pelo ser humano. Actualmente foram acrescentadas mais duas: as ruínas arqueológicas e as falsas ruínas.

As ruínas causadas pelo tempo, ditas românticas, são aquelas que não sofreram nenhum choque súbito na sua ascendência (ou declínio) a ruína. São caracterizadas mais pelo desgaste que a sua estrutura apresenta, do que pela sua fragmentação (figura 2).



Figura 2. Denure Castle, Escócia



Figura 3. Praça do Castelo, Varsóvia, 1944 (?)

Quando o motivo da ruína é um acto com origem numa acção humana, está-se perante ruínas feitas pelo homem. Caracterizam-se por manter o aspecto com que ficaram depois da destruição a que foram sujeitas. Geralmente isto acontece em edifícios destruídos em guerras e conflitos, que são assim preservados para marcar o ponto histórico e a memória em que a destruição e conseqüentemente a criação da ruína se deram (figura 3).

⁷ RODRIGUES, Maria João Madeira, et all, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Quimera, Coimbra, 2002.

As ruínas arqueológicas diferenciam-se das ruínas românticas sobretudo pelas suas características estruturais, sendo as ruínas arqueológicas muito mais frágeis (figura 4).

O último tipo de ruínas são as falsas ruínas. São ruínas fabricadas com propósito unicamente estético. Não têm qualquer valor histórico, nem a patina característica das ruínas reais. São comuns em Inglaterra, adornando os jardins (figura 5).



Figura 4. Ruínas de Pompeia



Figura 5. Falsa Ruína, Kew Gardens

As ruínas que despertam a melancolia e o deslumbre não são no entanto constituídas apenas por fragmentos deslocados da sua posição original, ou restos de edifícios que foram destruídos, quer seja por causas naturais ou humanas. Algumas ruínas são mesmo consideradas obras de arte natural, e essas caracterizam-se sobretudo pela estreita ligação entre a construção humana e a Natureza selvagem que a rodeia. É quase como se ao observador estivessem “oferecendo da luta da natureza contra a arte humana”⁸.

O factor essencial que nos oferece a possibilidade de contemplação das ruínas (e não simples restos de destruição) são as marcas da passagem e acção do tempo. São as marcas do tempo, o desgaste que ele provoca na pedra, na madeira, em todos os materiais, que transmite à ruína a sua beleza e poesia.

*A ruin is thus a combination of various factors: of the art, science and technology that produced the structure in the first place; of nature, including earth, rain, snow, wind, frogs and lizards; and of the time, which causes an edifice to become a ruin.*⁹

Pode assumir-se então, que toda a Arquitectura está destinada a tornar-se um dia ruína, uma vez que assim que erguido o edifício, este é imediatamente sujeito a todos os agentes que provocam o seu desgaste e posteriormente a sua ruína. O “tempo de ruína” de

⁸ Ercole Silva (1799) citado por Carlo Carena, *Ruína-Restauro*, in *Enciclopédia Einaudi - Volume 1, Memória-História*, p.116

⁹ HETZLER, Florence M.; *Causality: Ruin Time and Ruins*, 1986, p.51 Tradução livre: *A ruína é por isso uma combinação de vários factores: da arte, ciência e tecnologia que primeiramente produziram a estrutura; da natureza, incluindo terra, chuva, neve, vento, sapos e lagartos; e do tempo, que torna o edifício uma ruína.*

um edifício varia de acordo com as suas propriedades estruturais, no entanto um factor que pode diminuir este tempo consideravelmente é a sua manutenção.

*Initially the architectural part may be seen as beautiful. After a period of change, this beauty of architecture will disappear and a new architecture occurs, one not intended by those who made the original.*¹⁰

3.2 - A Ruína e a Memória

Apesar da sua conotação à mortalidade e ao abandono, as ruínas despertam no ser humano um fascínio que o leva a querer conservá-las e mantê-las visíveis para serem admiradas. Este fascínio provém, talvez, da dicotomia de sentimentos que as ruínas transmitem: por uma lado, a prova física de que outrora ali existiu uma história, uma vida, acontecimentos por desvendar, que ficaram no passado. Por outro lado, a constatação de que algo nesse espaço foi perdido e abandonado, enfatizando a efemeridade de todas as coisas.

*A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.*¹¹

¹⁰ IDEM, p.52. Tradução livre: *Inicialmente a parte arquitectónica pode ser vista como bonita. Depois de um período de mudança esta beleza da arquitectura vai desaparecer e uma nova arquitectura ocorre, uma que não era pretendida pelos que criaram a original.*

¹¹ LE GOFF, Jacques; *Memória* in *Enciclopédia Einaudi - Volume 1, Memória-História.*

3.3 - Abordagem às Ruínas

Até meados do século XVIII e início do século XIX a noção de património histórico e cultural praticamente não existia, os edifícios valiam pela sua utilidade, e apenas naqueles que eram utilizados se via a necessidade de intervir quando necessário melhorar as suas condições ou alterar o seu uso. Estas intervenções não deverão no entanto ser consideradas intervenções de restauro como hoje são entendidas.

Anteriormente ao século XIX, não existia “o espírito de conservação dos edifícios como testemunhos culturais e históricos”¹². O desenvolvimento da importância dos edifícios antigos foi um processo muito lento, mas que começou a ganhar força aquando das revoluções (como a Revolução Francesa de 1794) que destruíram parcial e por vezes completamente alguns monumentos antigos. Surgiu então a vontade de intervir na arquitectura com o objectivo de recuperar parte do património destruído, edifícios que marcaram de algum modo o rumo da História do seu país ou da humanidade, como forma de demarcar uma identidade cultural.

Foi em França, pelas mãos de Vitet que se começaram a criar os primeiros critérios de intervenção de restauro, atitude esta que rapidamente foi seguida como tendência pelo resto da Europa, embora as perspectivas de actuação no edifícios fossem diferentes.

Uma das primeiras perspectivas de restauro a ganhar grande relevância foi a Restauração Arqueológica. Neste tipo de intervenção, todos os potenciais acrescentos à obra original que tivessem sido feitos ao longo do tempo são retirados. É objectivo preservar o edifício original, “ninguma innovación debe introducirse ni en las formas ni en las proporciones, ni en los ornamentos de edificio resultante, si no para excluir aquellos elementos que en un tempo posterior a su construcción fueron introducidos por capricho de la época siguiente”¹³ (figuras 6 e 7). Às construções valem aqui, não pelo seu valor funcional, mas pelo valor histórico e estético.

¹² LUSO, Eduarda; *Breve História da Teoria da Conservação e do Restauro*, Número 20, Engenharia Civil, Universidade do Minho, 2004, p. 33

¹³ ALBA, Antonio Fernández; FERNÁNDEZ, Roberto; RIVERA, Javier; GUTIÉRREZ, Ramón; OLMO, Lauro; de BALBÍN, Rodrigo; *Teoria e Historia de la Restauracion*; Editorial Munilla-Lería; Madrid, España; 1997; p. 114. Tradução Livre: *Nenhuma inovação se deve introduzir nem nas formas nem nas proporções, nem nos ornamentos do edifício resultante, se não para excluir aqueles elementos que num tempo posterior à sua construção foram introduzidos por capricho da época seguinte.*



Figura 6. Coliseu de Roma antes do restauro



Figura 7. Coliseu de Roma após o restauro

Quase ao mesmo tempo (relacionado com o Restauro Arqueológico através da procura de unidade de estilo) surge o Restauro Estilístico, pela mão de Eugène Viollet-le-Duc. Segundo esta teoria, quando a um edifício faltam certas partes, estas devem ser reconstruídas como deveriam ter sido, segundo o estilo a que pertence o edifício. Procura-se recuperar a forma ideal, e não a original. Os materiais utilizados nestes acrescentos, devem confundir-se com os originais. Tal como na Restauração Arqueológica, aqui pretende-se eliminar os elementos acrescentados, no entanto procura-se também reconstruir sob uma forma idealizada. Viollet-le-Duc afirma que “restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado de plenitude que não poderá ter existido em nenhum momento”¹⁴ (figuras 8 e 9).

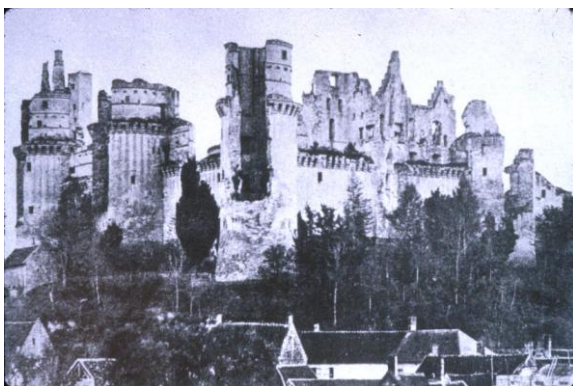


Figura 8. Castelo Pierrefonds antes do restauro



Figura 9. Castelo Pierrefonds após o restauro

¹⁴ VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. *Restauração*; Coleção Artes e Ofícios; Ateliê Editorial; São Paulo, 2000, p.29

A Restauração Estilística torna-se muito criticada devido à criação de uma falsa historicidade nas construções. O acto de eliminação de elementos acrescentados, a dissimulação dos novos acrescentos e a reconstrução baseada num estilo e procurando uma forma idealizada pode fazer desaparecer importantes e marcantes pormenores arquitectónicos, e o edifício perde o seu valor histórico. Contra ela surgem visões completamente opostas.

John Ruskin é uma das vozes que surge contra as teorias de Viollet-le-Duc defendendo que é necessário existir uma consciência moral e estética para não intervir nas obras. Restaurar um edifício é retirar-lhe a sua verdadeira identidade, adulterá-lo, considerando que esta é a maior violência que se pode cometer para com as construções. Os edifícios como qualquer outra coisa têm um ciclo de vida (nascer-viver-morrer). Uma vez que os edifícios surgem da natureza, a ela devem regressar e, durante este processo de fusão com a natureza, as ruínas ganham um valor sublime e pitoresco (figura 10).

Isto não quer dizer que Ruskin propõe que se deve deixar os edifícios entregues a si mesmos e à degradação de que são inevitavelmente alvo, simplesmente defende antes uma conservação preventiva ao invés da restauração.



Figura 10. Ruína em Adaúfe, Braga, Portugal

But it is said, there may come a necessity for restoration! Granted. Look the necessity full in the face, and understand it on its own terms. It is a necessity for destruction. (...) And look that necessity in the face before it comes, and you may prevent it. (...) Its evil day must come at last; but let it come declaredly and openly, and let no dishonouring and false substitute deprive it of the funeral offices of memory.¹⁵

¹⁵ RUSKIN, John; *The Seven Lamps of Architecture*, The Lamp of Memories, 1889, pág. 196 Tradução Livre: *Mas está dito, poderá existir uma necessidade de restauração! É certo. Olhe a necessidade de frente e perceba-a nos seus próprios termos. É uma necessidade de destruição. (...) E olhe a necessidade de frente antes que ela surja, e pode preveni-la. (...) E o seu dia final deve chegar por fim, mas deixem-no chegar declarada e abertamente, e não deixem nenhum desonrado e falso substituto privá-lo dos serviços funerários da memória.*

No início do século XX começam a surgir princípios de restauro mais modernos. Camillo Boito propõe uma Restauração Científica, na qual estão muitas das bases das cartas de restauro futuramente elaboradas. Esta abordagem transforma os monumentos em documentos históricos. Assim, estes devem ser mantidos tal como chegaram até nós. As transformações sofridas pelo edifício valorizam-no e permitem criar uma cronologia de inventos do mesmo. Quando existe a necessidade de restaurar, esta intervenção deve deixar bem claro o que é original do que é acrescento. Esta distinção pode ser feita de muitas maneiras, tais como: o estilo arquitectónico, os materiais aplicados, criação de silhuetas, etc. A restauração é não só necessária como legítima, mas numa vertente de estrita conservação. As diferentes abordagens e teorias contraditórias criam conflitos entre os responsáveis pelos restauros, pelo que se tornou necessário definir directrizes que fossem aceites internacionalmente. Em 1921 foi elaborada a Carta de Atenas, cujos principais princípios passam pela manutenção do edifício, a importância da envolvente do monumento e a defesa de que se houver necessidade de intervir, os novos elementos devem ser claramente distinguidos dos novos.

Nesta altura surge o Restauro Crítico. Nesta perspectiva, Cesari Brandi afirma que “O restauro deverá restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo”¹⁶. Aqui, defende-se a reconstrução, mas nunca numa forma de cópia (imagem 11 e 12).



Figura 11. Ruína antes do restauro



Figura 12. Museu Etzel, Tel Aviv

Em 1964, quando o conceito de património arquitectónico se encontra bem definido, é revista a Carta de Atenas, resultando num novo documento que ainda hoje define as directrizes do restauro: a Carta de Veneza. Neste tratado, as principais inovações dizem respeito à ampliação do conceito de património arquitectónico e a ampliação do conceito de monumento. Nesta carta, o conceito de monumento arquitectónico deixa de ser um

¹⁶ BRANDI, Cesari; *Teorias de la Restauracion*, Alianza Editorial, 1988

edificação isolada, passa a considerar também a sua envolvente e complexos de edificações rurais ou urbanas. As intervenções devem respeitar todos os elementos do edifício (originais ou acrescentos) e os seus materiais, e todas as etapas da intervenção devem ser devidamente documentadas. As acções efectuadas devem ter um carácter reversível. Estas são as principais ideias e directrizes internacionais acerca do restauro, segundo as quais ainda hoje os arquitectos e responsáveis pela restauração se devem guiar.

4 - A Arquitectura Tradicional

Antes de se tentar intervir numa ruína, é essencial perceber a estrutura primária do edifício. A construção teve um objectivo, existiu uma justificação para a colocação de cada parede, de cada pedra. Estudar as construções típicas de uma região, é perceber as necessidades daqueles que a habitam, observando o modo mais tradicional e rústico de dar resposta aos problemas de abrigo locais.

O claro funcionamento dos edificios rurais e a sua estreita correlação com os factores geográficos, o clima, como as condições económicas e sociais, expressos simplesmente, directamente, sem interposições nem preocupações estilísticas a perturbar a consciência clara e directa dessas relações, ou a sua forte intuição, iluminam certos fenómenos basilares da Arquitectura, por vezes difíceis de apreender nos edificios eruditos, mas que logo ali se descortinam, se já estivermos preparados para os compreender e apreciar.¹⁷

As características das casas tradicionais, da dita arquitectura vernácula em Portugal, variam e com grande contraste de região para região (figuras 13 e 14), não só devido à grande variedade cultural que Portugal acolhe, mas também devido à variedade de adversidades climáticas experimentadas nas diferentes regiões do país, daí necessidade de diferentes respostas a diferentes problemas.



Figura 13. Arquitectura típica alentejana



Figura 14. Arquitectura típica transmontana

Pequenas e subtis semelhanças características são possíveis de demarcar, mas não é aconselhável nem legítimo criar um “protótipo” da casa tradicional portuguesa.

Localizando-se a área de trabalho na região de Trás-os-Montes, a arquitectura tradicional aqui focada será a transmontana.

¹⁷Arquitectura Popular em Portugal, Volume I, 4ª Edição, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004, p. XXII

4.1 - A Casa Transmontana

As edificações de arquitectura tradicional de Trás-os-Montes, caracterizam-se principalmente pela sua aparente (e real) robustez, bem como a sua perfeita integração na paisagem, devido ao uso dos materiais com as suas propriedades naturais.

CASA TRANSMONTANA



Figura 15. Esquema da casa de arquitectura típica de Trás-os-Montes

As habitações tradicionais transmontanas, contemplam geralmente dois andares. Primariamente, o piso inferior serviria de alojamento para os animais domésticos da família (loja ou curral) e também como armazém dos produtos e ferramentas agrícolas. No andar superior funcionaria a habitação propriamente dita.

Nos casos mais correntes há uma sala única onde todas as funções se cumprem. A um canto avulta a pedra sobre a qual são preparadas as refeições, ou melhor dizendo, o que se comerá. Nos mais casos, há uma alcova ou duas. Tudo isso sobre o piso térreo onde a palha, as alfaias e as “imundices” se misturam: as cabras ou duas ovelhas, talvez uma vaca ou um burro, um porco e, no poleiro, três ou quatro galinhas bem aconchegadas umas às outras trocando calores.¹⁸

A organização formal das áreas no andar superior seria muito simples, existindo apenas algumas paredes divisórias a separar os quartos da “zona de estar” familiar, composta pela cozinha e a área de estar. Desta simplicidade, surgem duas características quase indispensáveis numa habitação tipicamente transmontana: o fogo e a varanda.

¹⁸ De ALMEIDA, Carlos; *Portugal - arquitectura e sociedade*; Colecção Portugal Ontem, Portugal Hoje; Terra Livre; Lisboa, 1978, p. 58

O fogo é a área da casa onde se acendia a lareira. Geralmente, este era o único local com uma fonte de calor durante os Invernos transmontanos, e era também nesta lareira que se cozinhava. Isto tornava o fogo a principal divisão de uma habitação tradicional, uma vez que funcionava como cozinha e como local de reunião familiar.

Em relação à instalação sanitária, localizando a origem da aldeia de Banrezes no período medieval “a casa de banho seria (...) dependência desconhecida, dado que os costumes correntes, sobretudo os religiosos, consideravam pecaminosa toda a preocupação de higiene com o próprio corpo”¹⁹.

Quanto aos materiais, as habitações são essencialmente constituídas por xisto ou granito (dependendo da região) e madeira.



Figura 16. Varanda de habitação tradicional - Vila Flor



Figura 17. Estrutura do telhado em troncos

As paredes exteriores da habitação são construídas em pedra local, tal como as principais (e geralmente poucas) divisões internas, e as escadas exteriores.

O soalho do piso térreo (o curral) é constituído por xisto miúdo, assente directamente sobre a terra, enquanto o soalho superior é feito numa estrutura de madeira, constituída por grosseiros troncos de árvores, sobre os quais são colocadas tábuas de madeira.

A cobertura é, tal como o soalho do piso superior, feita numa estrutura de madeira, composta por troncos de árvores, sobre os quais são colocadas telhas de xisto. Esta cobertura é normalmente de duas águas e apresenta pouca inclinação.

A característica varanda é também feita em estrutura de madeira. A cobertura é continuada, abrangendo também a varanda, que se situa na fachada frontal da habitação e é costume integrar a entrada principal.²⁰

¹⁹ De ALMEIDA, Carlos, p. 24

²⁰ **Proprietários, Lavradores e Jornaleiras**: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978, Lisboa, Dom Quixote, 1984

5 - Justificativa Construtiva

5.1 - Os 4R's da Arquitectura de Restauro

A restauração de um edifício deve ter sempre em atenção a essência que emana do mesmo, isto é, o contemporâneo não deve apagar os vestígios da existência de uma vida, uma história anterior àquela que agora se está a fazer. Para isso, deverá tentar criar-se um equilíbrio harmonioso entre os vestígios do passado e as novas intervenções.

Reconstruir, recuperar, reciclar, reabilitar. São quatro acções que poderão ajudar no alcance desse equilíbrio.

O acto de restaurar pressupõe “recuperar o que se encontra danificado, conservar o que se encontra em mau estado, (...) restabelecimento de um estado ou uma situação anteriores que foram abalados ou destruídos”²¹. Reconstruir, recuperar, reciclar e reabilitar são então acções que permitem o restauro.

Reconstruir uma parede que o tempo desmoronou, recuperar peças e pormenores que se foram esbatendo, reciclar os materiais ou peças originais, e reabilitar, dando-lhe novamente uma utilidade são acções que além de criar um espaço com uma poética romântica e permitir manter a identidade do local e da própria edificação, promovem um desenvolvimento urbanístico sustentável.

A novas construções e a continuação da expansão das zonas urbanas não é uma opção viável nem ecológica nem economicamente., pelo menos enquanto existir uma significativa percentagem de áreas degradadas e abandonada. Retomar a utilidade das edificações abandonadas e por vezes parcialmente destruídas permite não só evitar o seu desaparecimento, mas também renovar a paisagem evitando que esta perca o seu valor e identidade.

A revitalização de zonas rurais abandonadas é uma excelente opção, quer no que diz respeito à repovoação nessas mesmas zonas, que no que se refere a agitação da sua economia, valorização das tradições ancestrais e defesa da identidade local. Nesta vertente rural restauro do existente permite a criação de condições para o acolhimento de actividades e mesmo para a habitação dos seus utilizadores, de acordo com as exigências actuais, sem destruir ou alterar as paisagens intocadas pelas acções humanas.

Quando as edificações se encontram num estado de degradação muito avançado, os princípios dos 4R's do restauro não devem ser abandonados. Embora a sua aplicação seja mais complicada e abstracta, a ideia de reutilização do existente deve ser uma prioridade.

²¹ In *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, G-Z, Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, 2001, p. 3228

Deve ter-se em conta contudo, que as intervenções em edificações já existentes deve contemplar sempre um carácter reversível. Deve sempre permitir-se a eliminação da intervenção que se está a levar a cabo, sem que esta acção danifique o que edificação primitiva, dando oportunidade às gerações futuras de desfrutarem das heranças do passado, mesmo que pretendam dar-lhe outras funções.

5.2 - Caso de Estudo Semelhante

Uma das intervenções que começa a ganhar impulso no que diz respeito a propostas para as ruínas é a *house within a house*. Esta intervenção consiste na introdução de uma estrutura que preenche o interior da ruína sem danificar esta. A vantagem desta solução é o facto de ser completamente reversível.

Um exemplo desta intervenção é o Dovecote Studio, de Haworth Tompkins.

Dovecote Studio pertence a um campus de música em Snape Maltings, Suffolk, Reino Unido. Todos os edifícios circundantes apresentam as suas características originais (cobertura de duas águas, paleta de cores), características estas que os arquitectos pretenderam respeitar. Assim, criaram uma “caixa” que introduziram no interior da ruína (figura 20), ocupando o novo edifício a mesma área.



Figura 18 - Dovecote Studio - Ruína antes da intervenção



Figura 19 - Dovecote Studio - Ruína após a intervenção



Figura 20 - Dovecote Studio - Fase de construção

Esta “caixa” apresenta uma volumetria simplificada de uma habitação de duas águas. É construída em aço corten e foi inserida como um único módulo no interior das ruínas de tijolo, tendo estas sido alvo de reparos mínimos.

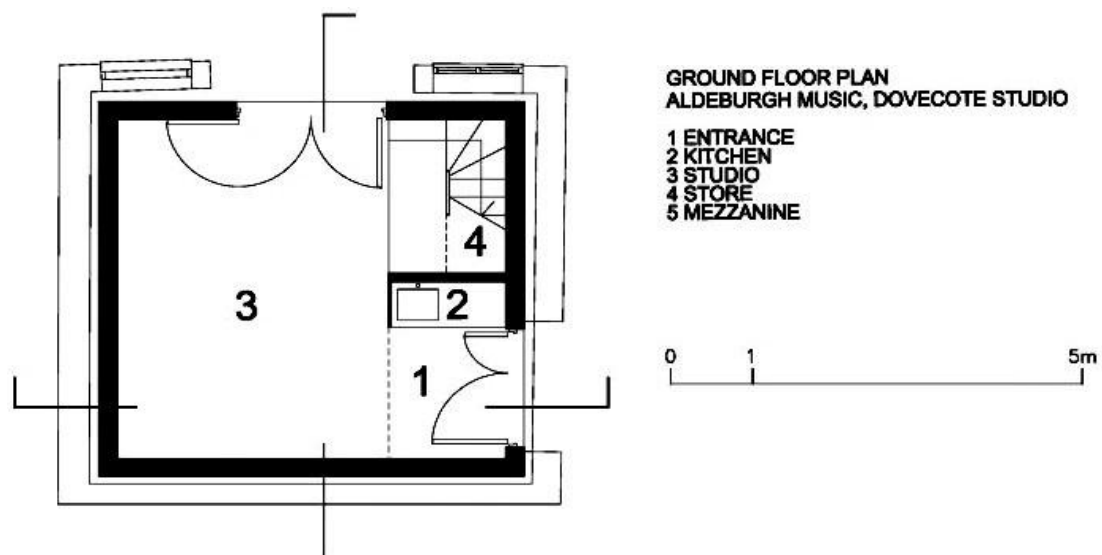


Figura 21 - Dovecote Studio - Planta do piso
térreo

Através da planta do piso 0 (figura 21) e do corte (figura 22) é possível perceber que de facto a intervenção não interfere com a ruína, antes, contorna-a e respeita a sua pré-existência. Os novos vãos respeitam as aberturas originais, não copiando e colocando cada abertura “no seu lugar”, mas evitando a intervenção destrutiva na ruína.

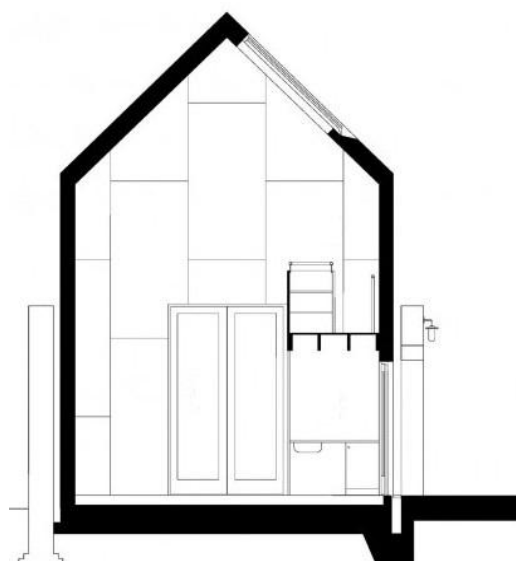


Figura 22 - Dovecote Studio - Corte

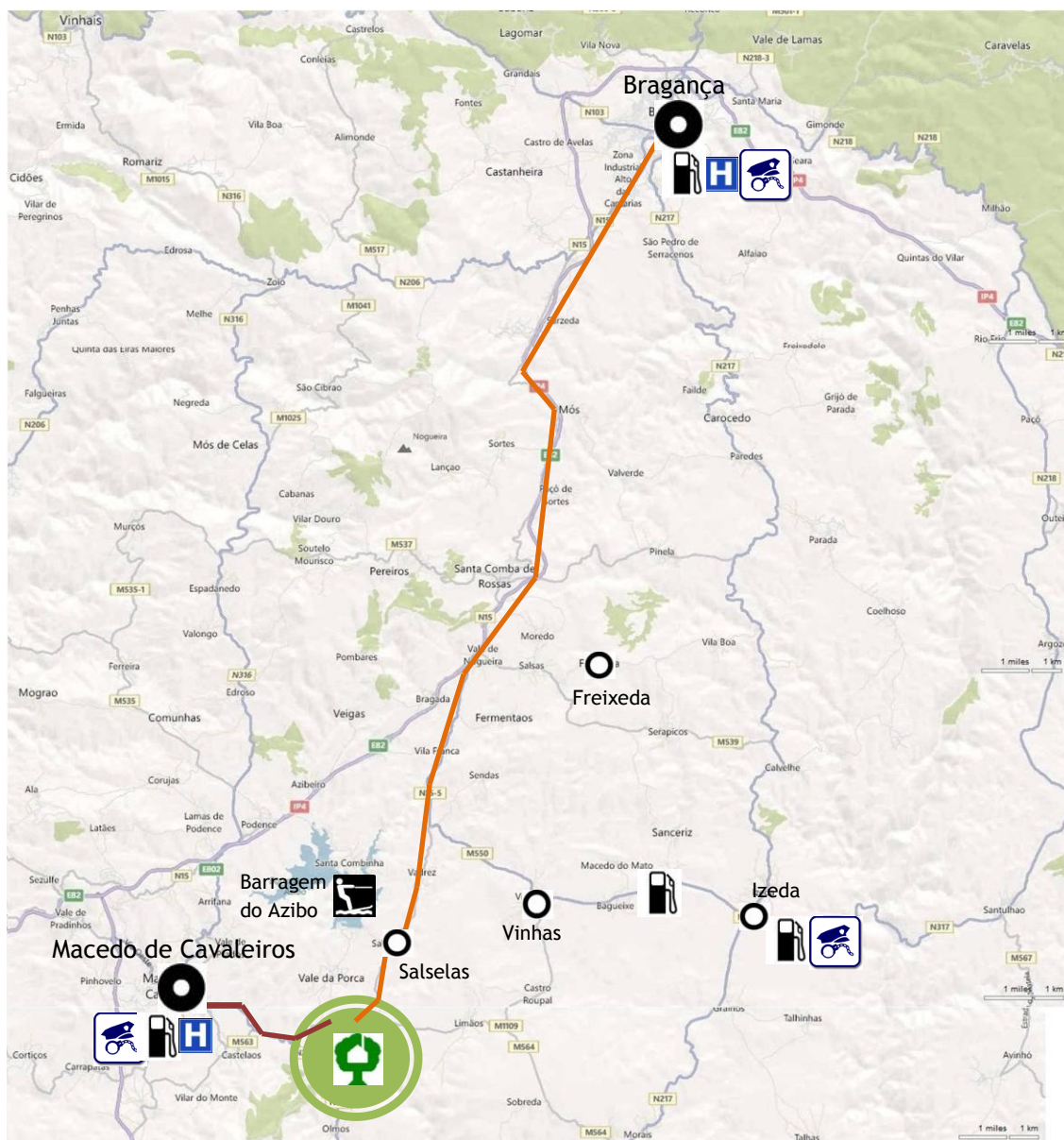











Figura 23. Planta de acessos e serviços

-  Cidade
 -  Aldeia
 -  Polícia
 -  Desportos Náuticos
 -  Bombas de Gasolina
 -  Hospital
 -  Aldeia de Banrezes
-
-  Acesso por Macedo de Cavaleiros
 -  Acesso por Bragança

6 - Caso de Estudo - Aldeia de Banrezes, Macedo de Cavaleiros, Bragança

6.1 - A Aldeia de Banrezes

Entre as inúmeras aldeias abandonadas em Portugal, a escolha para a intervenção recaiu sobre a Aldeia de Banrezes. Entre as várias razões, a primeira a enumerar foi a localização. Banrezes localiza-se relativamente perto da minha terra natal (Bragança), o que me dá a vantagem de conhecer as qualidades da zona, os costumes e as tradições das zonas rurais, das aldeias mais próxima. Este conhecimento empírico, permitiu-me eleger a aldeia de Banrezes como um espaço com potencial para o turismo rural.

Primeiro, pela sua proximidade a um dos locais de culto do distrito de Bragança, o Santuário de Santo Ambrósio. Neste santuário, são frequentes as festas locais e de cariz religioso, e as peregrinações. São muitas as pessoas que ali se reúnem várias vezes ao longo do ano, muitas deslocando-se de diferentes pontos do país, no entanto não existe próximo a esse local nenhuma infra-estrutura onde se possam alojar durante o tempo de estadia nesta zona.

Em segundo lugar pela óbvia beleza do local. Banrezes tem uma beleza romântica devido ao seu estado de domínio pela natureza. O estado semi-construído, semi-destruído da aldeia, juntamente com as frondosas árvores, as suas várias nascentes e a ribeira dão ao lugar um ar de intocado pelo tempo. A observação da disposição das ruínas e dos terrenos, nos quais ainda é possível perceber que tipo de cultura ali era praticada, todo o conjunto degradado da aldeia consegue transmitir a essência das suas práticas ancestrais.

Assim, a Aldeia de Banrezes reúne muitas potencialidades para o sucesso na aposta do turismo rural. O seu avançado estado de degradação permite também uma proposta de intervenção menos convencional.



Figura 24. Perspectiva da aldeia



Figura 25. Perspectiva da aldeia

6.1.1 - Enquadramento Geográfico

A aldeia abandonada de Banrezes, situa-se no distrito de Bragança, pertencendo à freguesia de Vale da Porca, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Embora a aldeia não apresente vestígios dos avanços tecnológicos (exceptuando um parque eólico que se avista a Oeste), esta não se encontra tão isolada quanto possa parecer. Na verdade o seu acesso é bastante directo e simples.

Localiza-se entre duas das principais cidades do distrito, distando aproximadamente 9km de Macedo de Cavaleiros e 31km da capital de distrito, Bragança. Os três focos populacionais mais próximos são as freguesias de Limãos, Vale da Porca e Olmos. Banrezes dista destas aproximadamente 2km, 4km e 2km, respectivamente.

| Recursos Hídricos

A zona edificada da aldeia é delimitada a Sul pelo rio Azibo. Este rio com aproximadamente 13km de extensão tem origem na Albufeira do Azibo, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Sabor, o qual integra a bacia hidrográfica do Douro.

| Geologia

A área onde se situa Banrezes, pertence ao Maciço de Morais, um dos pontos principais da geologia de Trás-os-Montes. Este maciço surgiu da colisão de dois antigos continentes (Laurússia e Gondwana) que suprimiram o Oceano Rheic. Esta colisão deu origem à complexidade geológica que se verifica na área.

Apesar da variedade de rochas que é possível encontrar, existe uma predominância de xistos borra de vinho e xistos verdes.²²

| Clima

Macedo de Cavaleiros, conselho ao qual a de Banrezes pertence, encontra-se na área de transição entre a *Terra Fria planáltica para a Terra Quente do Tua e Douro Superior* (ver anexo 1.). Banrezes encontra-se a uma altitude de 560 metros.

Isto resulta em *Invernos e Verões com características intermédias*. Verifica-se um temperatura média anual entre os 12°C e os 14°C, registando-se a mínima média de 6,2°C em Janeiro e a máxima média de 24,2°C em Julho, sendo a amplitude térmica anual inferior a 15°C.

Os ventos predominantes são os de direcção Nordeste-Sudoeste.

Em termos de precipitação, anualmente, esta tem uma frequência irregular durante o ano, com uma média entre os 700 e 1000mm.²³

²² <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/965/1/28627-B76CD.pdf>

²³ <http://www.azibo.org/clima.html>

6.1.2 - Enquadramento Histórico

Existem poucos registos da história da aldeia de Banrezes, mas a certeza de que nunca foi uma aldeia de grandes dimensões é espelhada em todos eles. Os registos da sua fundação remontam ao século XIV.

Constituindo em 1320 uma comunidade cristã de poucos recursos, S. Geraldo de Banrezes foi juntamente com Santa Comba Nova (Combinha), S. Vicente de Peixão e Campo Bom uma das quatro igrejas da terra de Lampaças com mais baixa tributação para a guerra contra os Mouros. Foi taxada em apenas 10 libras, o que corresponde ao escalão mais baixo possível.

Em 1706 contava com 7 fogos e encontrava-se anexa à abadia de Vinhas, embora em 1717 seja dada conjuntamente com Gralhós, Limãos, Bagueixe e Vinhas na lista das anexas apresentadas pelo Abade de Castro Roupal, e todas do Padroado real. Para o Seminário Diocesano de Miranda, contribuíra em 1717 com 40 reis apenas, menos ainda do que os 60 reis dados por Santa Combinha, Bagueixe e Macedo do Mato. EM 1751 a sua igreja paroquial continuava dedicada a S. Geraldo, cuja imagem se encontrava no altar-mor. O Pároco de Banrezes era um Cura amovível, da apresentação do abade de Vinhas, recebendo do dito abade, de cômgrula 8000reis em dinheiro, 22 alqueires de trigo e centeio e dois almudes de vinho, além do pé de altar, que era sempre coisa limitada.

Em 1840, curiosamente, Vale da Porca encontrava-se a Banrezes que, certamente, com a reforma administrativa de 1853 foi extinta como freguesia e integrada como simples lugar de Vale da Porca, que desde esse ano, passou a fazer parte do conselho de Macedo de Cavaleiros, com a extinção do conselho de Chacim, a que antes pertencia.

A esta localidade, também chamada de Banrez por alguns dos seus antigos moradores, que há já habitavam à precisamente 738 anos.²⁴

Outro dos registos encontrados, informa acerca da população de Banrezes em 1761: contaria então com 13 fogos, os quais seriam constituídos por 30 adultos e 3 menores.²⁵

Devido à falta de dados, o porquê do surgimento da aldeia naquele específico local é uma incógnita, no entanto, através da análise da aldeia, poder-se-á encontrar algumas indicações das condições que tornaram possível o desenvolvimento da aldeia.

²⁴ <http://opauliteiro.web.simplesnet.pt/historia.htm>

²⁵ RODRIGUES, Luís Alexandre; De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna; Volume I, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 39

Considerando o facto de a aldeia se ter desenvolvido durante a Idade Média e observando os edifícios pode-se especular de que estas ruínas pertenceram a um pequeno feudo, o qual poderá ter também acolhido um posto de troca de mensagens, através de pombos-correios, durante as invasões dos mouros.

Estas especulações assentam nas seguintes observações:

_ Comparação entre as características arquitectónicas:

Comparando as ruínas das várias habitações, pode observar-se que todas as habitações estavam preparadas para albergar animais, mas apenas uma delas contém indicações de aí se poderem guardar animais de grande porte como os cavalos (figuras 26. e 27.). A propriedade de cavalos, na Idade Média, era um direito apenas reservado aos senhores do feudo, ou aos militares.



Figura 26. Gancho para prender cavalos



Figura 27. Manjedoura dos cavalos

_ Existência de uma ponte romana:

A construção desta ponte deve-se provavelmente a objectivos estratégicos, dado a sua relativa proximidade à fronteira. A sua existência foi, possivelmente, o grande incentivo para a criação da aldeia especificamente neste local, uma vez que aqui as tropas poderiam reabastecer-se de mantimentos.

_ A existência de um pombal com uma construção de dimensões reduzidas relativamente próxima:

Uma característica dos postos de mensagens durante as invasões, era a existência de uma pequena construção ao lado do pombal. Esta construção tinha como objectivo servir de abrigo ao responsável pela recepção e envio das mensagens deste posto.

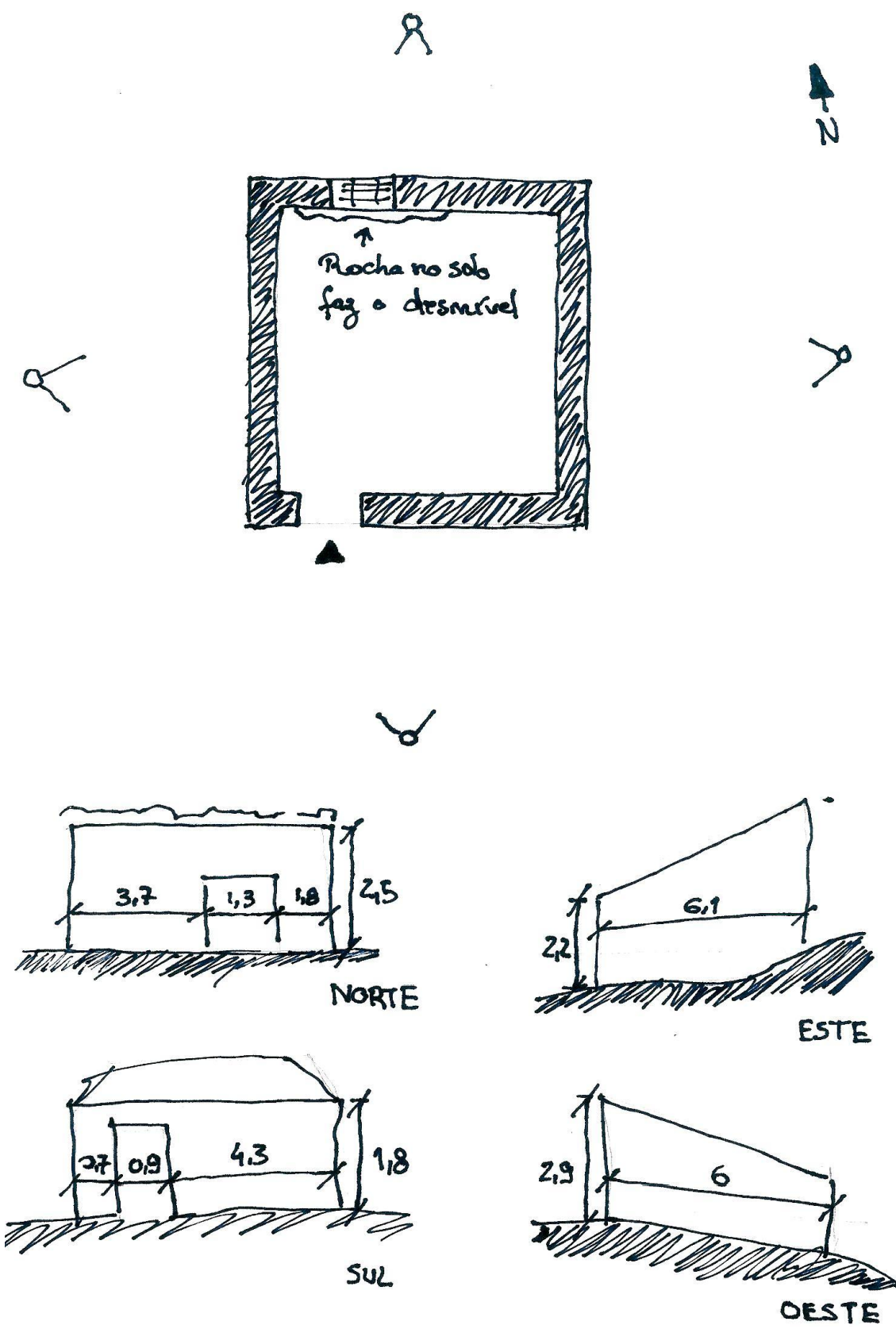


Figura 28. 1ª fase do levantamento

6.2 - Levantamento do Existente

6.2.1 - Método de Levantamento

Até à data não foram feitos quaisquer levantamentos ou inventários do edificado da aldeia por entidades competentes. Os levantamentos topográficos fornecidos tratam-se de cartas militares.

Tratando-se de um terreno de topografia acidentada e cujas edificações existentes se encontram em completa ruína e tomadas pela natureza, o “inventário” do existente, bem como o desenho do perfil do terreno, foram desafios agravados pela falta de equipamentos tecnológicos adequados ao levantamento.

Optou-se então por um levantamento através do modelo icónico, com fotogrametria terrestre. Este consiste na “obtenção de informação métrica sobre um objecto, através de medições efectuadas sobre fotografias, estabelecendo rigorosamente a relação geométrica entre a imagem e o objecto”. O levantamento contemplou quatro fases: croquis, fotografia, métrica e desenho rigoroso. Este processo, para que seja realizado com sucesso, foi efectuado com algumas regras nas suas diferentes fases:

1ª fase - CROQUIS

Foram elaborados croquis dos alçados e das plantas de cada uma das edificações, e neles devidamente assinalados o sentido norte, a posição e direcção em que foram tiradas as fotografias, bem como registadas as medidas obtidas posteriormente.

A acompanhar estes desenhos foi também elaborada uma ficha tipo, com a devida identificação e descrição de cada uma das edificações.

2ª fase - FOTOGRAFIA

Embora por vezes o espaço circundante das edificações fosse um pouco acidentado e preenchido com densos arbustos e árvores, procurou-se fotografar cada fachada com a câmara posicionada paralelamente à edificação. Quando impossível captar toda a fachada numa só imagem, a edificação foi fotografada várias vezes, com o cuidado de procurar manter a distância câmara/objecto constante, bem como o zoom e a focagem da câmara fotográfica. Estas várias fotografias foram editadas posteriormente, de modo a criar uma única imagem do alçado a que dizem respeito.

3ª fase - MÉTRICA

Para cada fotografia foi registada uma medida horizontal e uma vertical para controlo métrico, e como já referido, estabelecer uma relação geométrica rigorosa entre a imagem e o objecto.

4ª fase - DESENHO RIGOROSO

Encontrando uma relação proporcional entre o tamanho das fotografias e as medidas obtidas na fase anterior, os contornos das ruínas foram traçados através da imagem.



Edificação		1	
 <p style="text-align: right;">N</p> <p style="text-align: right;">Vias - Caminhos de terra batida Curso de Água</p> <p style="text-align: right;">Planta de Localização Escala 1:5000</p>			
1. USO		 <p style="text-align: right;">Perspectiva</p>	
1.1. original	habitação		
1.2. actual	armazém		
2. TIPOLOGIA			civil
3. NÚMERO DE PISOS			2
4. ÁREA			
4.1. de implantação	32,81 m ²		
4.2. útil	20,48 m ²		
5. ANO DE CONSTRUÇÃO			
6. TOPOGRAFIA			<input checked="" type="checkbox"/> 6.1. plano <input type="checkbox"/> 6.2. acidentado <input type="checkbox"/> 6.3. declive
8. ENSOLAÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/> 8.1. boa <input type="checkbox"/> 8.2. razoável <input type="checkbox"/> 8.3. má <input type="checkbox"/> 8.4. insalubre	
9. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITECTÓNICA			
<p>É a primeira construção que se avista na chegada à aldeia. Aparentemente a construção foi inicialmente constituída por dois pisos, que segundo a constituição típica da região na altura, no primeiro se situaria a zona da habitação, e no piso ao nível do rés do chão se encontraria o abrigo dos animais domésticos.</p> <p>Recentemente a construção foi alvo de reparações: a cobertura foi reconstruída, assim como parte da fachada Norte. Na fachada Sul foi fechado um vão, originalmente aberto. A entrada no piso inferior foi também reparada.</p> <p>A construção encontra-se fechada, pelo que ainda é de utilidade do seu proprietário.</p>			
10. PAREDES	10.1. Estrutura	pedra de xisto	
	10.2. Revestimento	-	
11. COBERTURA	11.1. Estrutura	Madeira	
	11.2. Revestimento	Telha cerâmica	
12. ABERTURAS E ELEMENTOS INTEGRADOS			
12.1 Janelas	É visível o vão de uma janela, com caixilharia rudimentar de madeira.		
12.2 Portas	É visível o vão reparado de uma porta, com caixilharia de madeira rudimentar.		
12.3 Elementos integrados	-		

Figura 29. Exemplo da ficha

6.2.2 - Ficha-Tipo

A ficha tipo pretende documentar todos os dados recolhidos no levantamento de forma organizada e sistemática. Nela estão reunidos os dados recolhidos no local através do levantamento e outros dados como a planta de localização, as áreas, e uma breve descrição do edifício. As fachadas apresentadas nas fichas tipo são já as elaboradas na 4ª fase do levantamento (desenho rigoroso).

Estes documentos servem para uma consulta mais prática das edificações existentes, além de documentarem o cenário da aldeia antes da intervenção, seguindo as recomendações da Carta de Veneza:

Artº 16 - Os trabalhos de conservação, de restauro e de escavações serão sempre acompanhados pela compilação de uma documentação precisa de desenhos e de fotografias. Todas as fases de trabalho de selecção, de consolidação, de integração, assim como os elementos formais e técnicas identificadas no decorrer dos trabalhos serão anotados. Esta documentação será guardada nos arquivos de um organismo público e colocado à disposição das pessoas que o quiserem consultar e a sua publicação é recomendada.²⁶

²⁶ <http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf> consultado em Outubro de 2010.

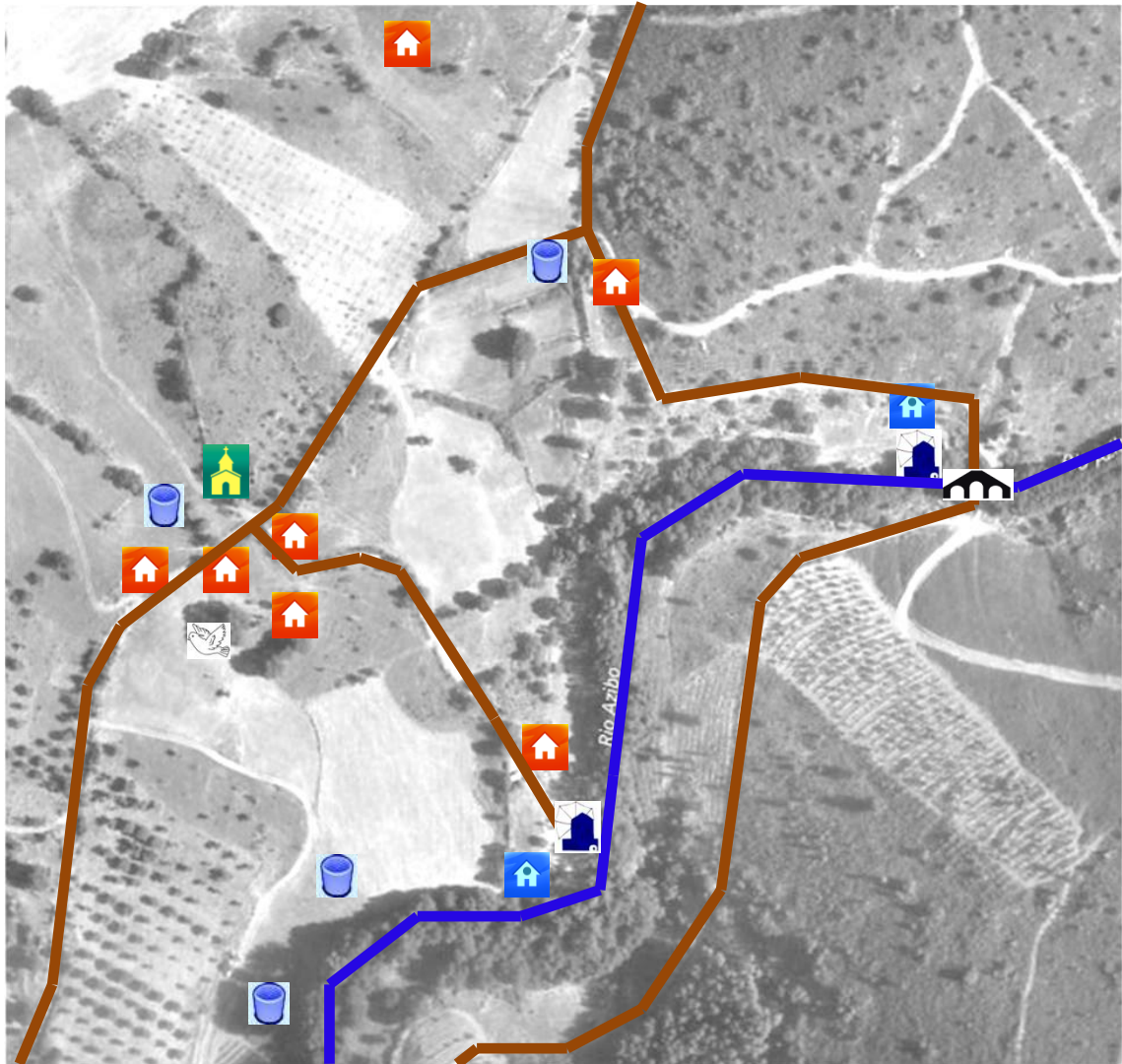


Figura 30. Esquema da Aldeia de Banrezes



7 - A Abordagem à Intervenção

6.1 - Análise da Morfologia da Aldeia

A análise morfológica tem o objectivo de perceber qual a organização urbanística que a aldeia poderá ter adquirido, uma vez que a maioria das aldeias são construídas e evoluem sem planeamento, mas com uma lógica para os seus habitantes. O espaço pertence ao seu utilizador e proprietário, e pretende-se aqui perceber como é que ele efectua a apropriação.



Figura 31. Aldeia de Banrezes - Vias Longitudinais



Figura 32. Aldeia de Banrezes - Vias Transversais



Figura 33. Aldeia de Banrezes - Núcleos

- Habitações
 - Pombal
 - Moinho
 - Habitação com forno
 - Igreja
-
- Via 1
 - Via 2
 - Via 3
 - Curso de água
 - Via 4

A via 1 é aquela com que o visitante se depara no momento em que chega à aldeia. Percorre longitudinalmente a aldeia, e é daqui que partem as restantes vias que se distribuem de forma a circundar a aldeia. É a via com maior número de edificações no seu percurso.

Seguindo pela rota 1, aproximadamente a meio desta, encontra-se uma segunda via que atravessa transversalmente a aldeia, terminando no curso de água. Na intersecção desta via 2 com a primeira via forma-se a principal concentração de edificações (núcleo 1).

Neste núcleo encontra-se também um dos principais edifícios públicos que constituíam primariamente a aldeia.

Nas intersecção da via 2 com a linha de água encontramos um segundo núcleo de edificações (núcleo 2), mais pequeno que o primeiro.

Recuando de novo à entrada da aldeia, a via 1 é aí interceptada por outra via que leva o visitante directamente à ponte romana, que se situa na intercepção desta via 3 com a via 4. É nesta intercepção que encontramos o outro núcleo da aldeia, que embora com o mesmo número de edificações que o segundo núcleo, aparenta ter menos força devido à dispersão das suas edificações.

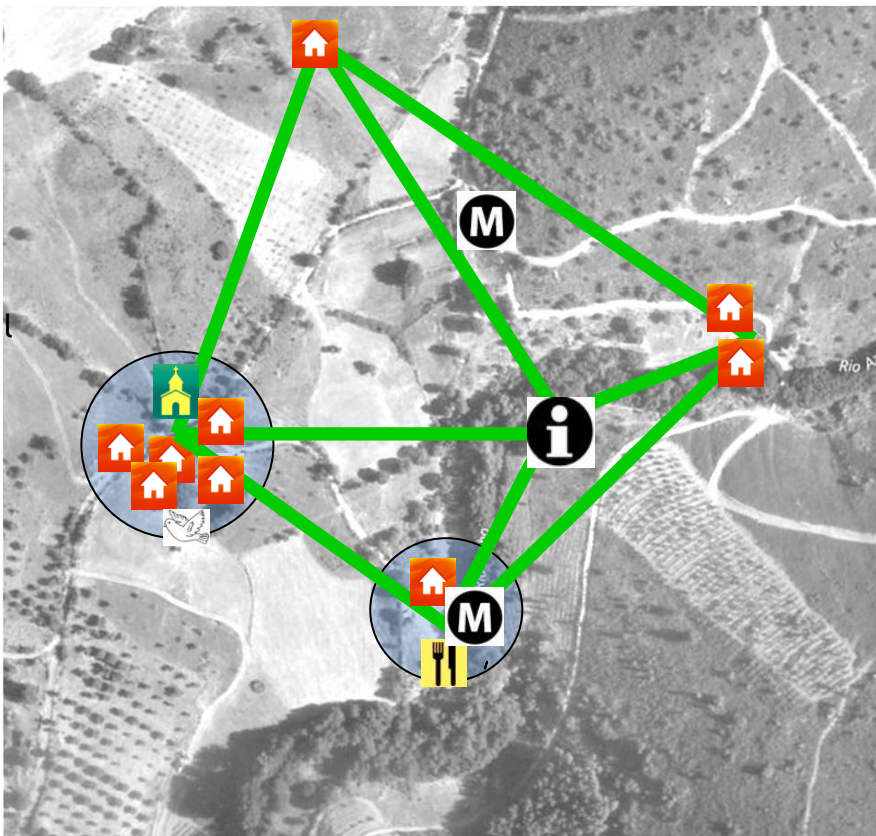
A linha de água e a via 4 desenvolvem-se paralelamente no lado oposto da via 1, longitudinalmente. As edificações que se encontram adjacentes à linha de água estão intimamente ligadas à água. Duas delas são dois moinhos, e perto deles encontram-se duas edificações que albergam os fornos, que tradicionalmente eram comunitários. Os pares moinho/forno encontram-se cada um nas intersecções das vias transversais com a linha de água.

Em resumo, pode entender-se que:

- As edificações se encontram principalmente nas intersecções das vias, e não dispersas pela área;
- Os agrupamentos encontram-se relativamente dispersos, distribuindo-se pelos extremos da aldeia;
- As edificações próximas da linha de água são as de carácter público e laboral;
- As edificações do núcleo 1 são as de planta mais simples, enquanto que as do núcleo 2 são as de planta mais elaborada;
- O espaço central da aldeia estava reservado para a lavoura.



Figura 34. Esquema da Aldeia









-  Habitação
-  Igreja
-  Restaurante
-  Museu
-  Pombal
-  Novo Edifício

Figura 35. Localização do novo edifício

6.2 - O Conceito de Intervenção

6.2.1 - Implantação de Funcionalidades

A distribuição de funções pelas edificações existentes efectuou-se de acordo com as funções primárias que cada edifício possuía à data de plena funcionalidade da aldeia. De acordo com a análise anteriormente feita, verificou-se a existência de três núcleos, que parecem agrupar os edifícios com a sua utilização.

A proposta pretende manter essas funcionalidades, verificando-se assim a criação de dois grandes núcleos: o núcleo de habitação e o núcleo de serviços. O núcleo de habitação integra quatro edificações com a função de alojamento, um espaço multifuncional (antiga igreja) e ainda o pombal da aldeia que manterá essa função. O núcleo de serviços será constituído por um restaurante, um moinho museu e um edifício de habitação (figura 34).

A existência de algumas edificações dispersas (no lado oposto à localização dos núcleos), cria um problema de consolidação da aldeia. Aliando este facto à necessidade de criação de um espaço de atendimento aos utilizadores e de um espaço de alojamento para os zeladores da aldeia, foi decidido implantar uma nova construção que possa criar uma consolidação espacial da aldeia.

Procurou-se uma localização central, mas que não criasse um grande impacto na paisagem natural da aldeia. Procurou-se também que este novo edifício se encontra-se acessível de ambos os caminhos de acesso à aldeia, quer entrando pelo norte, quer pelo sul, pelo que se optou por localizá-lo na margem sul do rio, em linha com a centralidade das edificações existentes (figura 35).

Devido à sua localização central, bem como ao facto de não existir limitação na concepção das áreas (pois não existe aqui uma ruína para ser trabalhada), resolveu-se integrar neste edifício mais alguns serviços essenciais ao conforto dos utilizadores. O edifício passará então a integrar, além da recepção e do alojamento dos zeladores, uma lavandaria e um gabinete de administração.

A localização desta nova edificação permite criar uma conexão entre todos os edifícios permitindo também uma melhor e mais fácil circulação dentro da aldeia. Estas conexões serão feitas por percursos não rígidos, com edificações simbólicas, que albergarão funções de armazenamento de ferramentas de trabalho no campo, abrigo para alguns animais domésticos e ainda uma pequena enfermaria. Dentro do espaço verde que se localiza dentro do quadrilátero que “delimita a aldeia”, os utilizadores poderão experimentar os costumes ancestrais de cultivo e lidar com os animais domésticos ali existentes.

6.2.2 - Edificações para habitação

A proposta elaborada para a intervenção nas ruínas da aldeia, tem como base o conceito de fragmento. Assim como a ruína actualmente existente é um fragmento de um volume outrora existente, é proposta a criação da silhueta da casa tradicional portuguesa fragmentada.

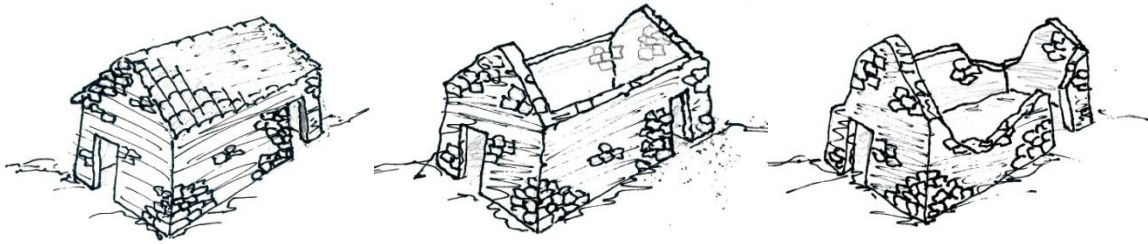


Figura 36. Esquema da evolução edificação-ruína

Este conceito de casa fragmentada, consiste na criação de áreas modulares, separadas entre si por áreas abertas e livres (zonas de circulação), através das quais são efectuados os acessos entre as áreas modulares.

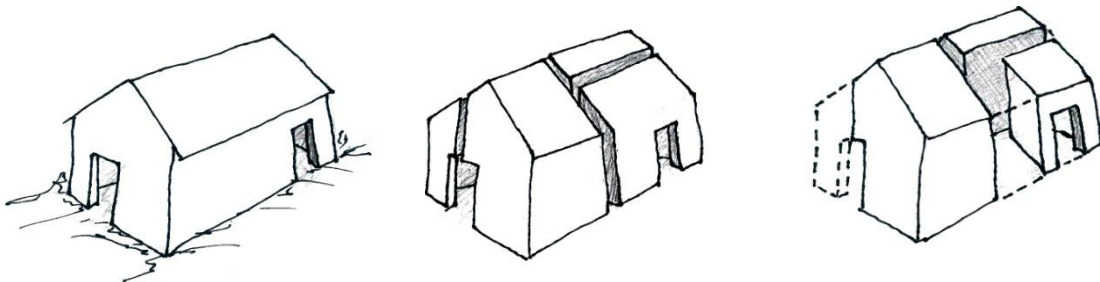


Figura 37. Esquema da evolução edificação-módulo

A proposta modular permite uma maior interacção entre espaços interiores e exteriores, bem como entre o utilizador e a ruína, permitindo que este possa reconhecer e recriar a vivência anterior do espaço.

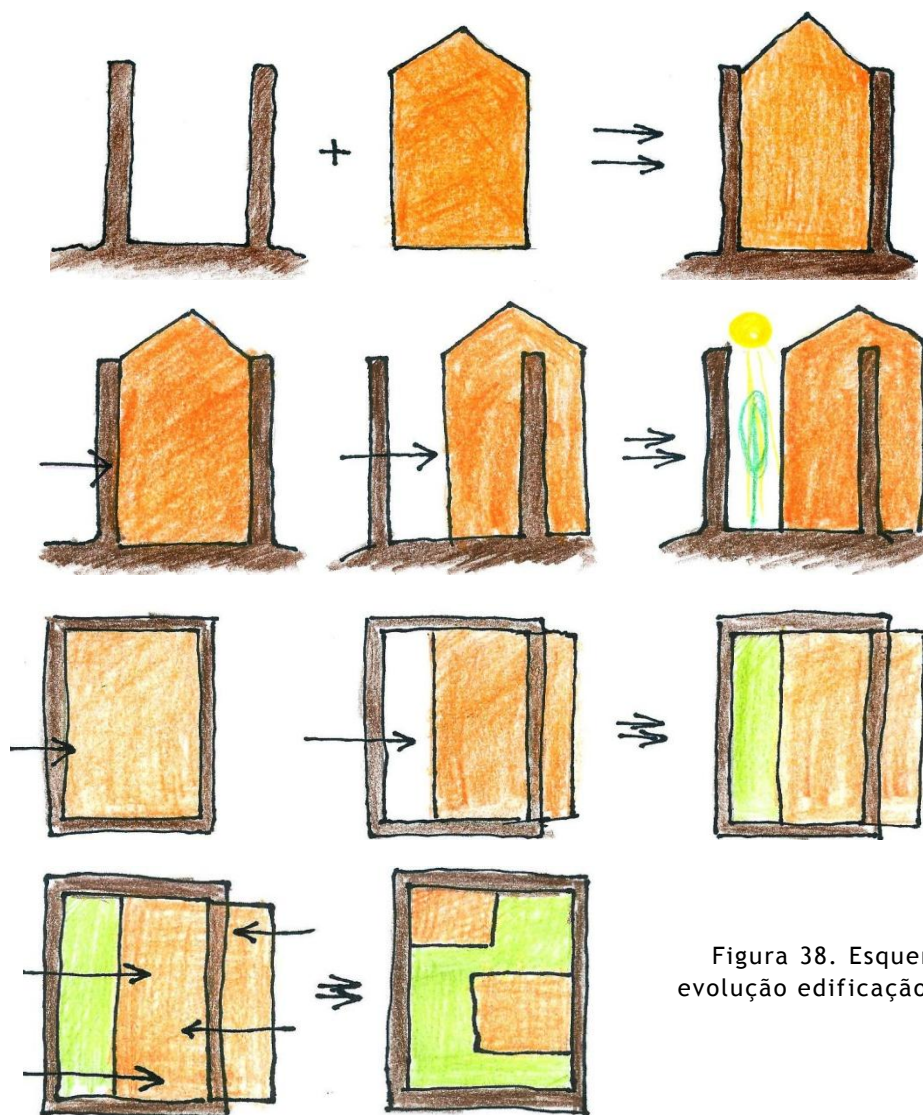


Figura 38. Esquema da evolução edificação-módulo

Pretende-se que os módulos respeitem as aberturas existentes, sendo alteração do formato e volumetria das paredes existentes evitada. Isto porque “Às vezes uma janela é a solução adequada, contando na sala como um quadro, a pintura de uma paisagem que muda de cor e movimento”²⁷, e assim, as aberturas já existentes permitirão uma dialéctica não só entre interior e exterior mas também entre passado e presente. A vista exterior não é necessariamente a mesma que se observava à data do abandono da aldeia, mas permanece a simbologia de que dentro daquele espaço o acto de observar o exterior por aquela abertura já era efectuado quando edifício foi edificado e os seus primeiros utilizadores o habitaram, e que essa tradição assim permanece.

*A janela oferece-se ao olhar, como intermediadora dos possíveis diálogos dos possíveis diálogos entre o espaço exterior e o espaço interior. Mas a sua acção não é neutra. Ela conduz às imagens seleccionadas do exterior. A janela paulatinamente constrói sua teia de significações começando como receptáculo para a luz e atingindo o dom da visibilidade.*²⁸

²⁷ NIEMEYER, Óscar; *Conversa de Arquitecto*, Campo das Letras, Porto, 1993

²⁸ JORGE, Luís Antônio; *O desenho da janela*, Annablume, São Paulo, 1995, p.93

6.3 - Os módulos

A aplicação do conceito de fragmento originou a necessidade de criação de módulos. Estes módulos contemplam áreas mínimas, no entanto pretende-se que sejam bastante flexíveis e permitam uma grande interacção com as áreas intermédias e com os outros módulos.

É de realçar que a aplicação dos módulos não é rígida devido aos ângulos que as paredes existentes possuem, e devido também à complexidade estrutural de alguns dos edifícios.

Os módulos são principalmente constituídos por portas e janelas de correr de modo que, quanto tudo recolhido seja possível criar espaços amplos (flexibilidade de espaços). Os módulos albergarão e definirão as áreas de cozinha, sala de estar, quarto e instalação sanitária.

6.3.1 - Módulo da Sala

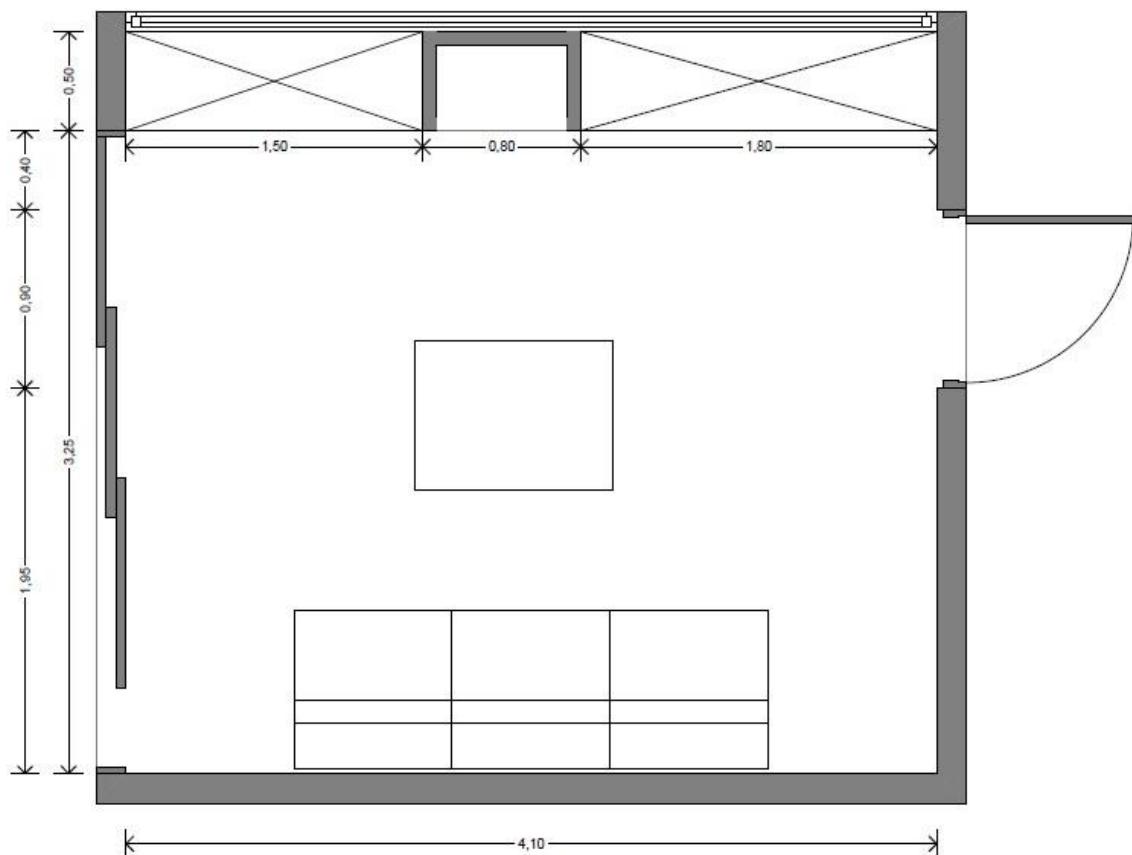


Figura 39. Módulo da sala

O módulo da sala, geralmente, será a primeira área com que o utilizador se depara. Através de portadas de vidro voltadas para a área interior/exterior da habitação será possível aceder às restantes áreas.

O principal ponto da sala é a lareira que se encontra envolvida por uma estante decorativa. Esta estante pretende-se visualmente permeável, pelo que com o objectivo de isolar a sala, mas ao mesmo tempo tornar possível o vislumbre das escadas, entre a estante e as escadas será colocada uma parede de vidro.

Uma das paredes será constituída por portadas de vidro, com o objectivo de esta área poder ser quase totalmente aberta para a zona interior/exterior, onde por sua vez, a área anexa contemplará outra portada, de modo que quando todas abertas, se torne um espaço amplo e fluido.



Figura 41. Perspectiva da Sala

6.3.2 - Módulo da Cozinha

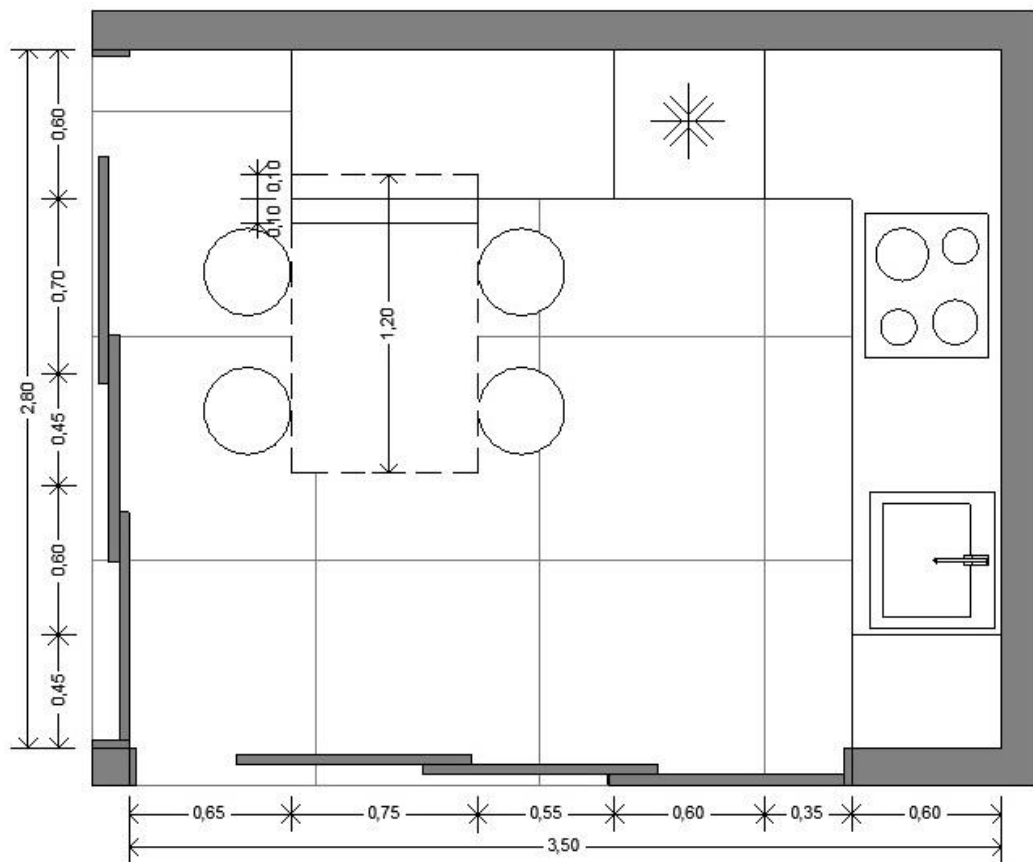


Figura 41. Módulo da cozinha

O módulo da cozinha foi concebido de forma a poder existir interação entre esta e a sala. Optando sempre pelo espaço mínimo, os componentes da cozinha serão adjacentes à parede de modo a também facilitar a instalação de redes. Para quebrar esta compacticidade, será colocado um pequeno balcão, que poderá funcionar tanto como espaço de preparação de refeições como de mesa para as mesmas.



Figura 42. Perspectiva da cozinha

6.3.3 - Módulo do Quarto

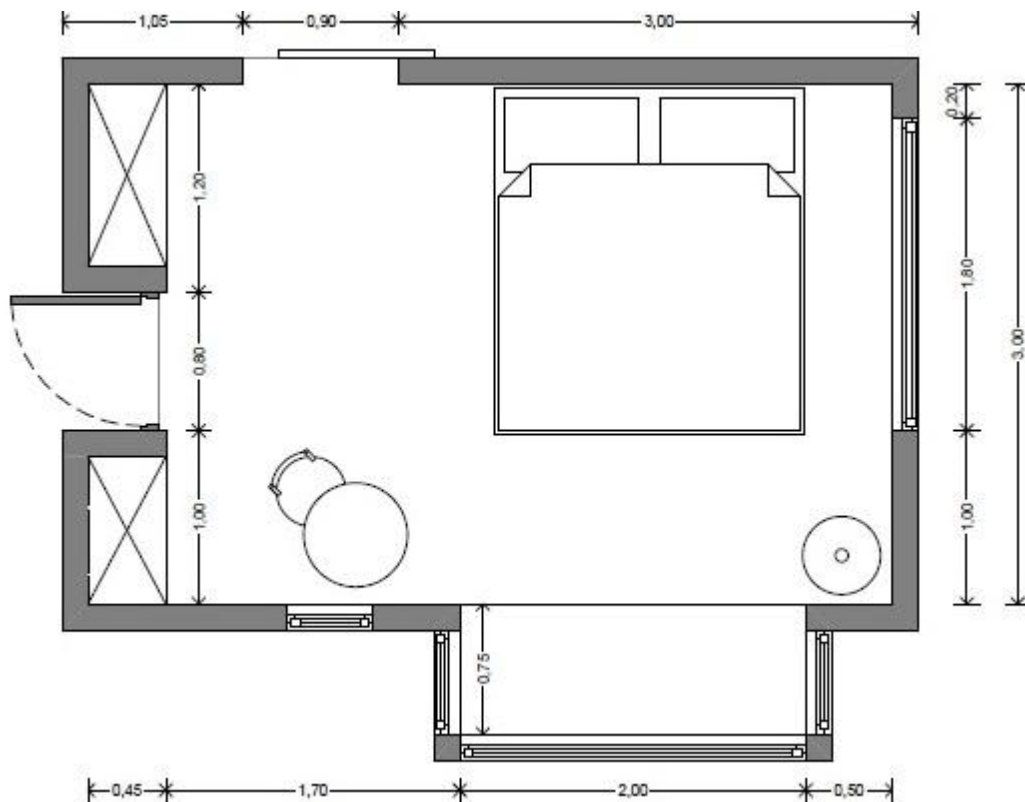


Figura 43. Módulo do Quarto

O módulo quarto situar-se-á, por norma no andar superior da habitação. Inserido na parede oposta àquela em que a cama se encosta, existe uma espécie de miradouro. Este miradouro, consiste numa saliência que se prolonga do quarto para fora, constituída por grandes vãos de vidro que permitem ao utilizador uma ampla vista sobre a paisagem que o rodeia.

Outro dos pontos principais deste módulo é o roupeiro. Este, é embutido na parede a todo o pé direito, e geralmente localizado na parede que faz a divisão entre o quarto e a instalação sanitária privada. A particularidade deste roupeiro é que não é um bloco maciço, mas sim um conjunto de fragmentos, envolvidos por estantes (figura 44.).

Na parede paralela à cama, existe uma janela à altura da cama e a todo o seu comprimento, procurando expor o utilizador à paisagem, sempre que possível.



Figura 44. Perspectiva do Roupeiro

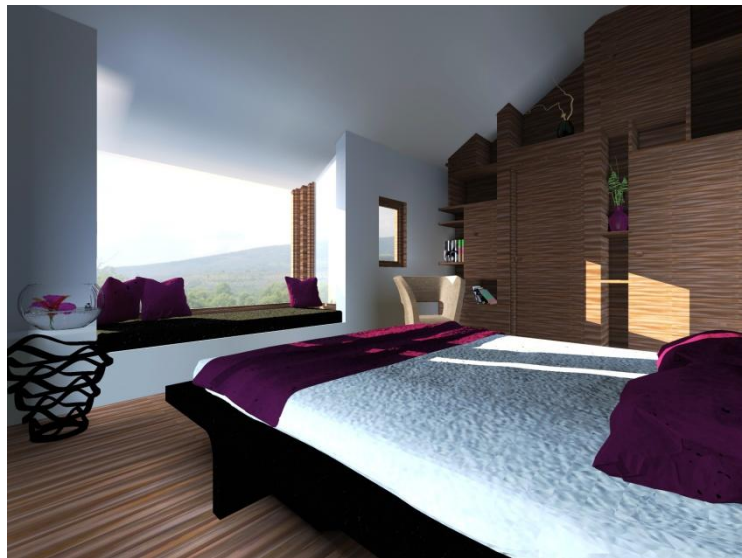


Figura 45. Perspectiva 1 do Quarto



Figura 46. Perspectiva 2 do Quarto

6.3.4 - Módulo das Instalações Sanitárias

| IS Privada

Anexado a cada quarto, existe uma instalação sanitária privada, a qual é constituída por um bacio sanitário, um lavatório e um chuveiro.

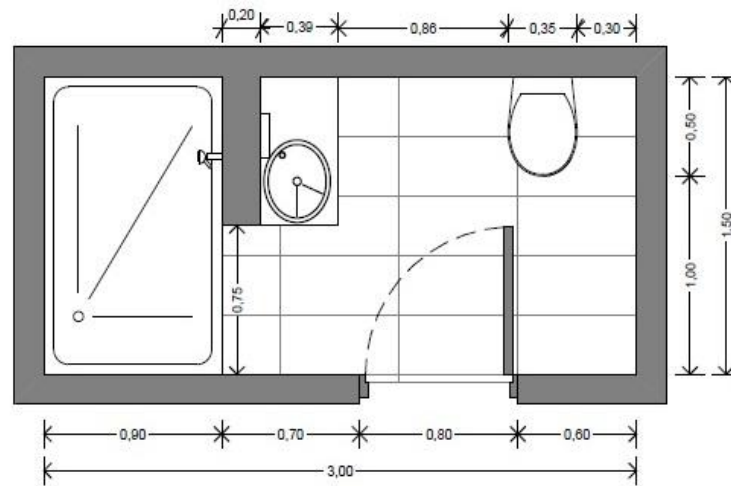


Figura 47. Planta do Módulo da IS Privada



Figura 48. Perspectiva 1 da IS privada



Figura 49. Perspectiva 2 da IS privada

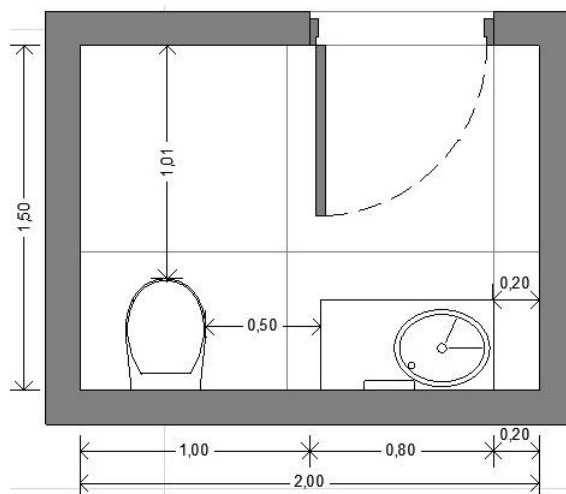


Figura 50. Módulo da IS Pública

Nas habitações cuja área de intervenção o permita e a lotação o permita, existirá uma instalação sanitária anexa à sala de estar. Esta instalação sanitária é composta por um bacio sanitário e um lavatório.



Figura 51. Perspectiva da IS Pública

6.4 - A Estrutura

O principal factor a ter em conta ao trabalhar com ruínas em tal degradação que são chamadas muros de gravidade, é garantir que a construção não continua a desmoronar-se. Para tal, é necessário criar uma estrutura que funcione como contra-forte no qual a ruína se apoie, e ter também o cuidado de impedir que factores naturais como a água da chuva continuem a degradar e a retirar a argamassa original das edificações existentes.

6.5 - Os Materiais

A pedra de xisto que constitui as paredes de pedra existente é o material predominante nas construções da região de Trás-os-Montes onde se encontra Banrezes. É só por si um material tem grande força na paisagem.

Sendo o objectivo da intervenção a clara diferença entre as novas estruturas e o existente, o material a utilizar nos novos elementos deverá contrastar com a pedra de xisto, não lhe roubando, no entanto, o protagonismo. Optou-se assim, pela utilização de um revestimento em chapa de zinco.

O zinco é um material com uma alta durabilidade devido às suas reacções com o óxido de carbono presente na atmosfera. O resultado da referida reacção é um aspecto de desgaste que sem afectar a durabilidade do material, confere ao mesmo uma marca da passagem do tempo, uma patina própria que proporcionará uma certa harmonia à conjugação do novo e do antigo. O aspecto brilhante da chapa metálica que em principio poderá parecer um grande contraste com a natureza envolvente, posteriormente converter-se-á a um acinzentado desgastado pela natureza, que esbaterá esse choque.

O revestimento interior passará placas de pladur com pormenores e acabamentos de em madeira.

Quando necessário aplicar cor a opção recairá preferencialmente sobre tons de roxo, cor que predomina na paisagem da aldeia durante a primavera.



Figura 52. Xisto



Figura 53. Urze na Aldeia de Banrezes



Figura 54. Mush House, Los Angeles
Studio 0.10 Architects
- Edificação revestida a zinco

8. Conclusão

Aquando da realização de um projecto de intervenção, cujo objecto de trabalho pode apenas ser um exemplo de muitos outros existentes, é importante pensar em globalidade e flexibilidade. Embora esta proposta tenha sido elaborada e desenvolvida assentando nas necessidades da Aldeia de Banrezes, os princípios e a metodologia de trabalho poderão ser aplicados não só em povoações como também em edifícios isolados, que apresentem os mesmos sintomas de degradação e destruição num ponto crítico como o apresentado neste trabalho.

A proposta elaborada à base de módulos permite não só ser aplicado em diferentes condições e diferentes locais, com diferentes arquitecturas e diferentes paisagens, mas também tornar a própria proposta flexível dentro dela mesma.

Intervir numa linha contemporânea num espaço como Banrezes permite não só dar uma resposta às necessidades actuais, atraindo uma nova vivência do local, mas também deixar as ruínas representar o seu papel de testemunhos de um passado, uma vivência que em tempos ali se desenrolou.

Ninguém quer voltar a um passado demasiado associado a tempos de pobreza, sem conforto, sem informação e sem acesso a bens e serviços essenciais, bens e serviços que contribuíram para alterar os nossos usos de tempo e de espaço.²⁹

²⁹ HELDER, Herberto in *Arquitectura Popular em Portugal*, Volume I, 4ª Edição, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004, p. VI

9. Bibliografia

- ALBA, Antonio Fernández; FERNÁNDEZ, Roberto; RIVERA, Javier; GUTIÉRREZ, Ramón; OLMO, Lauro; de BALBÍN, Rodrigo; *Teoría e Historia de la Restauración*; Editorial Munilla-Lería; Madrid, España; 1997
- Arquitectura Popular em Portugal*, Volume I, 4ª Edição, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004
- BRANDI, Cesari; *Teorías de la Restauración*, Alianza Editorial, 1988
- De ALMEIDA, Carlos; *Portugal - arquitectura e sociedade*; Coleção Portugal Ontem, Portugal Hoje; Terra Livre; Lisboa, 1978
- Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano, Volume 2, Novagráfica do Cartaxo, Lisboa, 2004
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, G-Z, Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, 2001
- Enciclopédia Einaudi - Volume 1, Memória-História*
- HETZLER, Florence M.; *Causality: Ruin Time and Ruins*, 1986
- JORGE, Luís Antônio; *O desenho da janela*, Annablume, São Paulo, 1995
- LE GOFF, Jacques; *Memória* in *Enciclopédia Einaudi - Volume 1, Memória-História*.
- LUSO, Eduarda; *Breve História da Teoria da Conservação e do Restauro*, Número 20, Engenharia Civil, Universidade do Minho, 2004
- NIEMEYER, Óscar; *Conversa de Arquitecto*, Campo das Letras, Porto, 1993
- O'KELLY, Emma; DEAN, Corinna; *Rehabilitaciones rurales, urbanas, lofts, espacios industriales y casos radicales*; Blume; Barcelona; Blume; 2007
- Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Dom Quixote, 1984
- RODRIGUES, Luís Alexandre; *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*; Volume I, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 39
- RODRIGUES, Maria João Madeira, et al., *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Quimera, Coimbra, 2002.
- RUSKIN, John; *The Seven Lamps of Architecture*, The Lamp of Memories, 1889
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. *Restauro*; Coleção Artes e Ofícios; Ateliê Editorial; São Paulo, 2000

10. Anexos